



PESSOAS e LUGARES

Dez por cento para o LEADER

Comissão de Desenvolvimento Regional propõe que um décimo do FEADER seja reservado para o LEADER

p.3

TAGUS avalia aplicação do LEADER

Seminário em Abrantes apresenta monitorização da aplicação da Abordagem LEADER no Ribatejo Interior

p.8



Serviços básicos para a população rural

Foto: Rosino

Rotas do Alentejo Litoral

Diversidade e beleza de um território único

p.22-23

Para ter um país equilibrado temos de espalhar os recursos

Entrevista com José Silva Peneda, Presidente do Conselho Económico e Social

p.14-17

Os grandes objetivos de desenvolvimento apresentados no documento de referência para a construção do próximo período de financiamento, “Europa 2020”, assentam numa “estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”. Transpor esta estratégia para o que se vai passando na redefinição dos serviços em meio rural revela um olhar que nos parece pouco inteligente, com uma abordagem redutora e pouco adequada da noção de sustentabilidade, e promotor de brechas significativas na coesão social.

A redefinição dos serviços em meio rural não pode circunscrever-se a uma simples equação matemática com objetivos meramente economicistas de redução de custos. Redefinir estes serviços implica entender o quadro global de desenvolvimento do país, percebendo que está em causa uma parte muito significativa do território nacional e uma parte relevante da sua população.

É essencial, também, que esta reflexão aconteça numa perspetiva de enquadrar as grandes mudanças e tendências da sociedade que se operam atualmente e que implicações poderão ter nos serviços já instalados e nos que se pretendem instalar. Quando tentamos desenhar uma matriz dos serviços em meio rural, temos alguma dificuldade em obter um cenário estabilizado, considerando a diversidade de situações que estão em causa: saúde, educação, justiça, abastecimento de água, saneamento, energia, comunicações, acesso a diversos serviços do estado (licenciamentos, registos, apoios, etc.), acessibilidades, cultura, etc. Numa análise atenta concluiremos, com toda a certeza, que existem serviços em funcionamento com uma disseminação pelo território que já não faz sentido (em termos de localização e, eventualmente, de quantidade e qualidade do serviço prestado) mas que existem outros serviços que se configuram como essenciais e cuja presença é vital à vida das pessoas e das comunidades.

Definir a escala adequada para concluir da sustentabilidade de instalar um determinado serviço em meio rural pressupõe que se considerem variáveis fundamentais de dimensão e importância nacional. Se concluirmos, por exemplo, que a ocupação adequada do espaço rural pelas pessoas tem uma implicação direta ao nível da dinamização da atividade agrícola

e agroindustrial, com os impactos que tal facto poderá ter em questões essenciais como a soberania alimentar e um maior equilíbrio da balança comercial, se considerarmos que a manutenção do espaço florestal é um fator essencial à preservação de um importante recurso nacional, então teremos que olhar para a questão da sustentabilidade dos serviços em meio rural de uma forma completamente diversa da que tem acontecido nos últimos anos. Agora, como nas duas últimas décadas, as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm procurado promover a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e contrariar o abandono rural, quer através da concessão de apoios LEADER a projetos propostos pelos mais diversos promotores, quer ao envolverem-se diretamente na prestação de alguns serviços de que as populações necessitam. A nossa experiência permite-nos afirmar a importância de uma reflexão aprofundada e abrangente desta matéria que deverá incluir, sem medos nem preconceitos (porque é do interesse de todos nós), a administração, os cidadãos e as suas organizações, abordando alguns dos seguintes aspetos: que serviços são fundamentais ao desenvolvimento do espaço rural? Quais são os serviços antigos que deverão permanecer? Quais os novos serviços a instalar? Que serviços implicam a presença de uma estrutura física e funcional nos territórios rurais e com que matriz de distribuição? Que serviços poderão ser prestados de forma eficiente com recurso às novas tecnologias ou a outras estruturas já existentes nos territórios? Que serviços exigem uma prestação diária ou quais poderão ser prestados numa base menos regular? Portanto, e na fase atual que o país atravessa, não podemos ceder à tentação simples de reduzir custos ao nível local e no imediato, eliminando serviços essenciais às populações, cujos custos nacionais a médio e longo prazo poderão ser gravíssimos. Esta é uma questão que diz respeito a 10.556.999 de cidadãos portugueses e não um assunto exclusivo do “mundo rural”.



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 08 . outubro 2012 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhaterra.pt
<http://www.minhaterra.pt>

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRODER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Maria José Aranda e Silva), Empower (Henrique Baltazar)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Rita Reis (Empower), Raquel Gorjão (Empower)

Colaboraram neste número

Augusto Flor, Nelson Dias

Fotografias

ADDLAP, AD ELO, ADIBER, ADL, ADRUSE, Néelson Alexandre Rocha, Câmara Municipal da Guarda, Centro Social de Santa Cruz do Douro, Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, DOLMEN, Javier Habladorcito, Luís Faustino, Rosino, Rute Correia, Tânia Gaspar, TAGUS, TERRAS DENTRO, RAIA HISTÓRICA

Infografias

Mapa das rotas foi adaptado por Álvaro Góis a partir do original de InfoPortugal SA. As infografias utilizam adaptações de ícones do The Noun Project, por Florian Huber e Kenneth Von Alt (thenounproject.com)

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.



minha terra
por um novo mundo rural

www.minhaterra.pt



Parlamento Europeu

Relatório da Comissão de Desenvolvimento Regional defende 10 por cento do FEADER para o LEADER

A Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu apresentou um documento de trabalho com propostas de alterações ao projeto legislativo sobre o regulamento do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural) para o próximo período de programação 2014-2020, o qual foi encaminhado para a Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu.

O texto proposto pela Comissão de Desenvolvimento Regional propõe que pelo menos 10 por cento da contribuição total do FEADER para o programa de desenvolvimento rural seja reservado para o LEADER, em vez de 5 por cento, como indicado na proposta legislativa da Comissão Europeia, que agora se encontra em discussão.

No documento, a Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu propõe ainda que

ao texto da proposta legislativa que refere que o “LEADER deve continuar no futuro e a sua implementação deve continuar a ser obrigatória para todos os programas de desenvolvimento rural”, se acrescente que “os grupos LEADER já existentes devem ser considerados como Grupos de Ação Local”. Isto permitiria assegurar que o próximo período de programação se iniciasse com estabilidade ao nível das organizações que fazem a gestão

descentralizada do LEADER, iniciando mais rapidamente a implementação no terreno das medidas de desenvolvimento rural.

A autora do documento, a eurodeputada Elizabeth Schroedter, assinala que “a metodologia LEADER é a forma mais bem sucedida para revitalizar as áreas rurais e fortalecer o desenvolvimento socioeconómico dessas áreas com toda a sua diversidade”.

MINHA TERRA apresenta documento sobre Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020

A Federação MINHA TERRA remeteu ao Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) um documento com a sua análise e propostas relativas ao “Documento de Orientação do GPP relativo à preparação do PDR 2014 – 2020”, que o GPP apresentou no mês de maio, no âmbito da preparação para o próximo Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), que irá vigorar entre 2014 e 2020.

Este contributo da MINHA TERRA visa melhorar a re-

gulamentação que irá determinar o funcionamento do próximo PDR, aproveitando a experiência acumulada ao longo dos últimos 20 anos, de modo a maximizar o potencial do PDR para concretizar um desenvolvimento rural integrado.

Entre as muitas sugestões apontadas pela MINHA TERRA, encontramos a importância de potenciar a experiência acumulada dos Grupos de Ação Local e das suas entidades parceiras na promoção e gestão do desenvolvimento rural-local, experiência que envolve a

gestão de recursos de financiamento de vários Fundos Estruturais, e a necessidade de clarificar como vai ser equacionada a articulação entre fundos (sinergias, delimitações de elegibilidade entre Fundos e Programas, etc.), que sendo relevante para todas as dimensões da programação de Desenvolvimento Rural tem uma particular importância no quadro das Estratégias Locais de Desenvolvimento.

A MINHA TERRA propõe ainda que, no quadro do que foi proposto pela Comissão Europeia, que caiba ao

FEADER, no enquadramento da Abordagem LEADER, assegurar a coerência de intervenção integrada de base territorial, abrangendo a competitividade dos territórios (serviços e atividades), a dinamização dos serviços de proximidade, bem como a gestão de equipamentos e respostas sociais, na ótica da inclusão social, ainda que nesta última vertente em combinação com domínios de política (e financiamento) do Fundo Social Europeu (FSE).

A articulação com o FSE deverá contemplar a formação profissional, constituindo os GAL entidades gestoras locais, em áreas específicas de formação, de acordo com as ações/investimentos associados à Abordagem LEADER, como a gestão empresarial, a

legislação e fiscalidade ou o empreendedorismo.

Neste enquadramento, defende ainda a MINHA TERRA, o FEADER deverá apoiar a animação socioeconómica para o desenvolvimento local e financiar: projetos de diversificação da economia e do emprego, nomeadamente os investimentos económicos não agrícolas em meio rural e outros de valorização do território; a criação de empresas no mosaico de atividades da economia rural; e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, reforçando a densidade de serviços básicos de apoio às populações e proporcionando limiares de qualidade de vida e de sustentabilidade aos espaços rurais.

XIII Congresso Mundial de Sociologia Rural

“O novo mundo rural: da crise às oportunidades” foi o tema do Congresso organizado pelo Instituto Superior de Agronomia e pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, entre 29 de julho e 4 de agosto. As 77 sessões propostas e os Grupos de Trabalho enriqueceram a experiência dos 1500 participantes sobre a temática, que se reuniram em Lisboa para este grande evento.

Estimular a colaboração interdisciplinar e o intercâmbio para a aplicação da investigação sociológica foi o objetivo da iniciativa, que visou também a melhoria da qualidade de vida rural e a ampliação da compreensão dos sistemas agroalimentares.

A primeira sessão plenária, que decorreu na Aula Magna da Universidade de Lisboa, contou com a participação de José Graziano da Silva, Diretor-Geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Esta presença teve uma importância simbólica no Congresso, pois além das funções que atualmente desempenha, Graziano da Silva liderou a equipa que projetou o programa Fome Zero do Brasil, e assumiu também as funções de Ministro Extraordinário

de Segurança Alimentar e Combate à Fome no Governo de Lula da Silva para a execução desse programa, que ajudou a tirar 28 milhões de pessoas da pobreza extrema e inspirou um novo conjunto de políticas públicas dedicadas à promoção do desenvolvimento económico e social no Brasil.

Entre as muitas sessões e temas abordados, a experiência do projeto PROVE na construção e consolidação de circuitos curtos de comercialização de produtos locais foi analisada. Manuela Sampaio, Cláudia Bandejas e José Diogo, da ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, participaram num grupo de trabalho que discutiu o papel das associações LEADER na promoção e organização dos circuitos curtos de comercialização.

Artur Cristóvão, Isabel Rodrigo, Alberto Baptista e Manuel Tibério participaram numa sessão também dedicada a discutir a experiência obtida com o PROVE, realçando o sucesso que este projeto está a ter em Portugal, onde existem já 60 núcleos e mais de 100 explorações agrícolas disseminados pelo território nacional, e o interesse internacional que este suscita.



IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais

Em articulação com o XIII Congresso Mundial de Sociologia Rural, a Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER) e a Asociación Española de Economía Agraria realizaram, entre 27 e 28 de julho, o IX CIER – Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. O evento teve lugar nas instalações do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, na Universidade de Lisboa, com a colaboração do Centro de Estudos Geográficos, contando com um total de 150 participantes.

Sob o tema “(I)Mobilidades e (Des)Envolvimentos: o Rural Desafiado”, a iniciativa abordou problemáticas que reuniram o interesse de geógrafos, sociólogos, economistas, agrónomos, historiadores, entre outros, num cenário multiperspectivado que colocou em relevo a necessidade de usar abordagens integradas na construção de soluções para as dificuldades do mundo rural.

Conciliando uma vertente académica e técnica com especial incidência sobre as áreas rurais, o Colóquio Ibérico de Estudos Rurais tem vindo a ganhar importância na Península Ibérica ao longo dos anos, muito devido à abrangência de domínios científicos que contempla.

Contando este ano também com participações da América Latina, o colóquio centrou-se sobre áreas temáticas como migrações, mobilidades e desigualdades em áreas rurais; indução de novos movimentos; turismo, lazer e recreio; (des)envolvimentos no domínio agroalimentar; desafios e transformações do meio rural na perspetiva das políticas públicas e o envolvimento dos atores na governação para o meio rural territorializado.

O primeiro dia do encontro foi marcado por contribuições de cariz mais académico e científico, que evidenciaram a necessidade de se reafirmar

e promover uma nova visão do mundo rural, mais integrada e territorial. No segundo dia, pautado por participações de atores do desenvolvimento rural, verificou-se, de acordo com Luís Moreno, da direcção da SPER, “uma grande convergência no pensamento relativo à importância do LEADER, assim como às preocupações sobre o futuro do apoio ao desenvolvimento rural”. Luís Chaves, em representação da Federação MINHA TERRA participou na sessão plenária de encerramento sobre “Crise e desafios da governança em territórios da ruralidade”.

A importância do Colóquio foi assinalada por Luís Moreno, nomeadamente por “manter viva a chama do interesse continuado pelo mundo rural”, com uma perspetiva integrada, naquilo a que considera poder ser chamado de “abordagem adisciplinar”.

“Inovar e Empreender”: III Congresso da Beira Serra

De 26 a 27 de outubro, a ADIBER irá organizar a 3.ª edição do Congresso da Beira Serra, com o objetivo de delinear a estratégia futura de desenvolvimento da região.

Sob o lema “Inovar e Empreender”, o evento pretende envolver toda a região para responder com eficácia aos desafios que se colocarão no futuro, encontrando novos modelos de intervenção adequados aos novos problemas e necessidades das populações, e fazendo um bom aproveitamento dos fundos comunitários no próximo período de programação 2014-2020.

Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato nos Açores

O parlamento açoriano aprovou, por unanimidade, a criação do Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores (SIDART). Com o objetivo de colmatar as assimetrias regionais através da proteção e afirmação da identidade do Artesanato dos Açores, o SIDART irá promover o desenvolvimento sustentável da atividade artesanal no âmbito da economia regional, através de medidas que reforcem a qualidade da produção e competitividade das empresas artesanais do arquipélago.

Inaugurado Museu da Agricultura da Ilha Terceira

No final de julho, o Secretário Regional da Agricultura e Florestas dos Açores, Noé Rodrigues, inaugurou o Museu da Agricultura da Ilha Terceira, um investimento de cerca de 150 mil euros, que recebeu o apoio do PRORURAL, através da GRATER.

O governante sublinhou que o museu se apresenta como um repositório de práticas agrícolas tradicionais, sendo um ponto de reflexão sobre o passado, o presente e o futuro da atividade agropecuária nos Açores, representando um “testemunho valioso desse percurso”.

Contributo sustentável para o desenvolvimento local

“Percurso Pedestres – um contributo sustentável para o desenvolvimento local” foi o tema do encontro organizado pela Câmara Municipal de Mira, no passado dia 14 de julho. Na iniciativa foi apresentada a rede Municipal de Percursos Pedestres, que está a ser criada em Mira com apoio do LEADER, através da AD ELO.

Nesta jornada de reflexão foi debatida a importância dos percursos pedestres para a economia local, e divulgados os avisos de concurso da AD ELO no âmbito do PRODER.

Seminário Dinâmicas e Políticas para o Desenvolvimento Rural

Discutir o futuro das políticas para os territórios rurais foi o objetivo do Seminário “Dinâmicas e Políticas para o Desenvolvimento Rural”, organizado pela parceria do projeto com o mesmo nome, apoiado pelo Programa da Rede Rural Nacional. Esta parceria junta a Animar, o Instituto Superior de Agronomia, o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária e a Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado. O seminário, que teve lugar no passado dia 25 de julho, reuniu mais de uma centena de pessoas e a representação de 48 organizações, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

A Animar e a Federação MINHA TERRA represen-

taram as entidades de desenvolvimento local e aproveitaram a iniciativa para fazer um enquadramento do trabalho que têm realizado nos territórios rurais, sobretudo por via das políticas públicas de âmbito local, nacional e europeu.

A atual discussão sobre a Reforma da PAC pós-2013 foi abordada, sobretudo a necessidade de criar um pensamento estratégico e de futuro para o mundo rural, assente em estratégias de atratividade e dinamização das economias locais. Foi também mencionada a importância de uma iniciativa de coordenação das políticas públicas, baseada numa estratégia articulada e consistente que permita aumentar o conhecimento do terreno, dando a conhecer a experiência do programa LEADER.

A iniciativa permitiu discutir as principais alterações previstas pelo Quadro Estratégico Comum, para o período 2014-2020, que entre outras medidas prevê a existência de contratos de parceria e a articulação de diferentes fontes de financiamento, numa perspetiva de investimento territorial integrado.

No final do painel das intervenções, foi ainda realçado o sucesso da abordagem LEADER, mas com um alerta para os riscos existentes, pois promover e implementar estratégias de desenvolvimento territorial integrado exige concretizar uma maior articulação entre os fundos de financiamento, administrações e as organizações dos agentes locais.



Conferência da PAC

Uma chave para a recuperação económica

“A PAC no horizonte 2020 – Balanço com a sociedade civil” foi o tema da Conferência sobre a Política Agrícola Comum (PAC) que decorreu no passado dia 13 de julho, em Bruxelas, que contou com a participação da ELARD (European LEADER Association for Rural Development). Organizada pela Comissão Europeia, a conferência serviu para acompanhar os desafios que se colocam à agricultura europeia e a necessidade de intervenção política.

Esta foi uma iniciativa do Comissário Dacian Cioloș, que defendeu que a PAC pode ser uma das chaves para a recuperação económica, devendo ser considerada uma política para o conjunto da sociedade europeia que conduz à criação de emprego e a um crescimento saudável em diversas zonas da Europa.

A conferência proporcionou um fórum de discussão para a sociedade civil discutir as propostas de reforma da PAC para o período pós-2013 e a forma como estas contribuem para enfrentar as necessidades de mudança identificadas durante o debate público iniciado em 2010. Foi também uma oportunidade para discutir o papel do LEADER no próximo período de programação,

onde este deverá estar especialmente fortalecido. A reforçar esta perspetiva, muitas intervenções realçaram a importância do LEADER para a coesão dos territórios.

Petri Rinne, Presidente da ELARD, sublinhou as necessidades que precisam de ser supridas no próximo período de programação, tais como a mobilização de recursos para alcançar os objetivos da Estratégia Europa 2020 e a conceção de programas de desenvolvimento rural mais ajustados, assinando potenciais problemas que podem surgir na sua implementação, assim como potenciais sucessos.

Também entre os restantes participantes abundaram as referências ao LEADER e ao seu papel, assim como à importância de ele ser reforçado no próximo período de programação.

Foram ainda discutidos temas como a forma como a nova PAC e a combinação proposta de instrumentos de política contribuem para a segurança alimentar, como pode conduzir a uma gestão mais sustentável dos recursos naturais e contribuir para um desenvolvimento territorial equilibrado das zonas rurais e da agricultura.

Primeiro Encontro Ibérico de Orçamentos Participativos

A vila de Odemira irá acolher o 1.º Encontro Ibérico de Orçamentos Participativos, de 16 a 17 de novembro, o qual resulta de uma organização conjunta da Associação IN LOCO, da Asociación de Ciudades Participativas e do Município de Odemira.

A iniciativa, que contará também com convidados de África e da América Latina, será um fórum de debate e de apresentação de exemplos de orçamentos participativos, boas práticas, testemunhos e experiências de participação pública.

Faro acolhe 4.ª edição da universidade de verão

Agricultura, Alimentação, Consumo e Cidadania foram os temas da 4.ª edição da Universidade de verão, que se realizou entre 11 e 14 de setembro, em Faro, organizada pela Associação IN LOCO, em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, e que teve o apoio do LEADER.

Entre outros temas, os participantes refletiram sobre a biodiversidade agrícola e o direito à soberania alimentar, a agricultura urbana, estreitar a ligação entre a produção e o consumo, e favorecer o acesso à terra.

Comissário Europeu: 2014 poderá ser um ano de transição para a nova PAC

Numa visita à Escócia e à Irlanda do Norte, Dacian Cioloș afirmou que os Ministros da Agricultura da União Europeia poderão chegar a acordo quanto à reforma da PAC antes do fim de junho de 2013, após a aprovação do quadro financeiro.

O Comissário Europeu admitiu, no entanto, que as novas ajudas poderão não estar operacionais, pelo que 2014 será eventualmente um ano de transição, em que os antigos pagamentos continuem a ser processados.

Reunião da ELARD em Marselha

A ELARD realizou, em 25 e 26 de setembro, um evento conjunto com a autoridade de gestão do LEADER em França, “The Marseille LEADER Gathering 2012”.

Este encontro incluiu a reunião do Conselho da ELARD, o seu órgão máximo, onde foi feito um balanço da atividade desenvolvida, admitidos novos membros e preparadas as eleições para a próxima direção. No restante programa foi debatido o presente e o futuro do LEADER, e os desafios que se colocam aos GAL e aos territórios rurais.



MONTE promove construção da Estratégia de Desenvolvimento Local 2014-2020 para o Alentejo Central

Seis workshops temáticos e seis workshops práticos são as propostas do programa da iniciativa “Construir a Estratégia de Desenvolvimento Local”, organizada pelo MONTE – Desenvolvimento Alentejo Central, entre 27 e 28 de setembro. Esta iniciativa, destinada a técnicos

de desenvolvimento rural, empresários, investigadores, decisores, autarcas e outros especialistas, abordou temas de grande relevância para os territórios rurais: ambiente e energia; empreendedorismo; recursos locais e serviços; turismo rural e conservação do património rural; cooperação

e inovação; segurança alimentar e sistemas de qualidade de produtos.

Através de uma abordagem participativa pró-ativa, pretendeu-se contribuir para a construção da Estratégia de Desenvolvimento Local para o território do Alentejo Central, para o período de 2014-2020, bem como estimular dinâmicas de reflexão sobre o (futuro) do desenvolvimento rural, com a participação dos agentes e atores do território e especialistas em áreas estratégicas do desenvolvimento.

No âmbito dos trabalhos, os 92 participantes puderam ainda realizar visitas a interessantes projetos locais na Herdade Freixo do Meio, em Montemor-o-Novo e na Oficina da Terra, em Arraiolos.

AD ELO promove sessão de entrega de contratos LEADER

A exploração agrícola de Valmarques (promotora de um projeto LEADER), em Arazeze, Montemor-o-Velho, acolheu, no passado dia 26 de julho, a entrega de contratos aos promotores com pedidos de apoio aprovados pela AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, no âmbito do Eixo 3 do PRODER.

A sessão contou com a presença da Gestora do PRODER, Gabriela Ventura, da Diretora Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Adelina Martins, do Presidente do Órgão de Gestão LEADER AD ELO, João

Moura, Presidente do Município de Montemor-o-Velho, Luís Leal, além de membros dos órgãos sociais da AD ELO e agricultores.

Os contratos entregues, relativos à ação de Diversificação de Atividade na Exploração Agrícola, correspondem à aprovação de 20 projetos de agricultores, que representam 471 mil euros de investimento total elegível, dos quais 193 mil dizem respeito a apoios LEADER. Os projetos em causa envolvem agricultores de quatro municípios do território de intervenção da AD ELO: Cantanhede, Mealhada, Montemor-o-Velho e Vagos.



ADL do litoral alentejano com projeto de formação aprovado

O POPH aprovou o projeto de Formação Medular Certificada proposto pela ADL – Associação de Desenvolvimento Local, nas áreas de serviços a crianças e jovens, trabalho social e orientação, comércio, ciências informáticas, secretariado e trabalho administrativo, gestão e administração, hotelaria e restauração, turismo e lazer e formação de base (línguas estrangeiras, entre outras), o que permitirá continuar a responder às necessidades das pessoas e das instituições do Litoral Alentejano.

Festas das Vindimas, no Pico

A ADELIAÇOR organiza, pelo terceiro ano consecutivo, a Festa das Vindimas, na ilha do Pico, Açores.

O programa culmina a 11 de novembro, Dia de São Martinho, com a comemoração do Dia Europeu do Enoturismo, no Museu do Vinho do Pico.

Tendo por objetivo dignificar o vinho como produto de elevado valor económico e cultural, valorizando a notoriedade dos vinhos produzidos no Pico, a Festa das Vindimas propõe provas de vinhos, jantares vínicos e “wine tours” pela Rota do Vinho – classificada pela UNESCO.

ADRMAG apresenta CRER à Europa

A associação participou num seminário internacional sobre emprego e empreendedorismo, realizado em Granada (Espanha), a 17 e 18 de julho, onde apresentou o projeto CRER como boa prática.

O CRER – Criação de Empresas em Espaço Rural, surgido em 2005, com apoio da EQUAL, para estimular o empreendedorismo, já foi disseminado em diversas instituições em Portugal e Cabo Verde.

No território de intervenção da ADRMAG, o projeto já apoiou a criação de 10 empresas e 94 empreendedores.

PRÓ-RAIA promove “Morcela da Guarda”

A exposição, patente no Paço da Cultura, na Guarda, até 15 de setembro, numa iniciativa conjunta da associação e autarquia, visou homenagear um dos mais genuínos e característicos produtos gastronómicos do concelho.

Através do registo fotográfico e videográfico pretendeu-se guardar para memória futura a tradição da matança do porco e do fabrico da morcela que ainda se encontra em muitas aldeias da Guarda.



Raia Histórica/Castelos do Côa entrega contratos LEADER

A Raia Histórica – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira/Grupo de Ação Local (GAL) Castelos do Côa, promoveu a apresentação dos 32 projetos no âmbito do 2.º Concurso LEADER, numa cerimónia de entrega de contratos, que decorreu no dia 18 de setembro, na Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.

Os projetos aprovados nesta edição do concurso totalizam um investimento de 6,2 milhões de euros, dos quais 3,6 milhões são respeitantes a apoio público. Estes projetos irão permitir criar 17 postos de trabalho nos concelhos abrangidos pelo GAL Castelos do Côa: Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel e Trancoso.

A cerimónia de entrega dos contratos contou com as pre-

senças do presidente do município de Figueira de Castelo Rodrigo, António Edmundo, do presidente da Raia Histórica, Júlio Sarmiento, da Diretora Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Adelina Martins, e do coordenador do GAL, José António de Sales Gomes.

A ocasião foi ainda aproveitada para apresentar o 3.º Concurso LEADER, subprograma 3 do PRODER, para o qual está definido um orçamento de 1,3 milhões de euros. Este concurso esteve aberto até 30 de setembro para as candidaturas de projetos de Diversificação da Economia e Criação de Emprego em espaço rural, prolongando-se até 15 de outubro para as candidaturas de projetos de Melhoria da Qualidade de Vida das populações rurais.



ADDLAP inaugura loja “Terras”

Ajudar os produtores a escoar a produção é o principal objetivo da loja “Terras”, nas Termas de São Pedro do Sul, inaugurada no passado dia 9 de agosto, com a presença do Secretário de Estado da Agricultura, José Diogo Albuquerque.

Promovido pela ADDLAP – Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva, no âmbito da Abordagem LEADER do PRODER, pretende facilitar o escoamento dos produtos da “terra”, aproximando agricultores e artesãos dos consumidores.

A loja “Terras” é um de vários “espaços multifuncionais” que a ADDLAP deseja criar, através de uma Rede Local de Animação e Promoção de Produtos Turísticos e Património.

Depois de São Pedro do Sul, a iniciativa será repetida nos outros quatro concelhos que integram o território de intervenção da associação: Viseu, Oliveira de Frades, Vouzela e Vila Nova de Paiva.

O objetivo é que estes espaços possam funcionar também “como locais de aconselhamento, com o objetivo

de encaminhar os potenciais investidores e empreendedores, e divulgar informação permanente atualizada sobre incentivos nacionais e comunitários, direcionados ao desenvolvimento das zonas rurais”.

De acordo com a ADDLAP, pretende-se, também, que esta Rede tenha “uma estreita ligação a outros territórios, criando hábitos de animação, com temas que são cativantes para a população e, paralelamente, que atuam transversalmente na divulgação da nossa cultura e dos nossos territórios.”

Entrega de contratos LEADER na ExpoSocial de Baião 2012

O Conselho Local de Ação Social de Baião (CLASB) promoveu a ExpoSocial de Baião 2012, composta por duas vertentes: uma Mostra Social e um Fórum Social Integrado. O Fórum foi também palco da entrega de contratos de financiamento LEADER, apro-

vados pela DOLMEN – Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, sessão que contou com a presença de Gabriela Ventura, Gestora do PRODER, que participou num painel sobre o “Envelhecimento Ativo e Redes de Suporte Social”.

Nos dois concursos promovidos pela DOLMEN, foram já aprovados 19 projetos de Serviços Básicos para a População Rural, num investimento total de 3,1 milhões de euros e comparticipação pública de cerca de 2 milhões de euros. No conjunto, prevê-se a criação de 27 postos de trabalho nos concelhos de Baião, Amarante, Marco de Canaveses, Cinfães e Penafiel.

A ExpoSocial de Baião 2012, apresentando os esforços de concertação local para enfrentar os desafios atuais,

caracterizou-se pela diversidade de público a que se dirigiu: população sénior e familiares, estudantes do secundário e superior, profissionais de diversas áreas, desempregados e até mesmo universidades e politécnicos.

A Mostra Social serviu para divulgar os serviços, as respostas e os produtos das entidades participantes, revelando a sua dinâmica organizacional e a sua importância para o bem-estar das populações e no desenvolvimento socioeconómico da região.

O Fórum Social Integrado abordou os temas “Empreender para Empregar” e “Envelhecimento: potencialidades e constrangimentos”, proporcionando impulsos para o empreendedorismo local e sublinhando o papel empreendedor que hoje em dia a economia social desempenha, e o seu impacto na empregabilidade. A iniciativa procurou assumir-se como um debate para refletir questões como o envelhecimento ativo, as relações intergeracionais e a qualidade de vida.



TAGUS faz avaliação da Estratégia de Desenvolvimento Local

“Avaliação da Aplicação da Estratégia de Desenvolvimento Local da TAGUS” foi o tema do seminário organizado pela associação, a 12 de julho, em Abrantes, onde também foi lançada uma nova fase de receção de candidaturas à Abordagem LEADER do PRODER.

Apresentando os principais resultados desta monitorização da aplicação da Abordagem LEADER no Ribatejo Interior, o coordenador da

TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, Pedro Saraiva, sublinhou que os 52 projetos aprovados desde 2009 nos concelhos de Abrantes (33), Constância (11) e Sardoal (8), somando um investimento total de 5,4 milhões de euros (3,1 M€ dos quais de comparticipação LEADER), criaram 57 postos de trabalho.

Segundo Pedro Saraiva, os 27 projetos privados aprovados

na Medida de Diversificação da economia, responsáveis pela criação de 40 postos de trabalho, e representando 61,3 por cento do orçamento global (3,336 mil euros), faturam atualmente seis milhões de euros ao ano, devendo, em quatro anos, aumentar em 4,2 milhões de euros a faturação.

Quanto aos 25 projetos aprovados na Medida do Património e qualidade de vida (14 públicos, 11 privados), re-

presentando 17 novos postos de trabalho e 38,7 por cento do orçamento global (2,104 mil euros), a TAGUS espera que melhorem e criem equipamentos sociais e turísticos para um universo de 165 mil utilizadores.

“Ainda que com pouca expressão em termos de indicadores regionais, o contributo da TAGUS foi particularmente importante para as 52 empresas e entidades que viram os seus projetos aprovados e, acima de tudo, para os 57 agregados familiares onde surgiram postos de trabalho.”

Em termos gerais, a associação faz “uma avaliação positiva do trabalho desenvolvido com os produtores locais, a valorização dos seus produtos e o reforço dos rios Tejo e Zêzere enquanto recursos”.

O seminário contou com cerca de 100 participantes, entre os quais a presidente da Federação MINHA TERRA, Regina Lopes, que abordou “O futuro do Desenvolvimento Rural no pós-2013”, e Camilo Mortágua, convidado a comentar o papel das Asso-

ciações de Desenvolvimento Local.

No final do seminário, a associação lançou o novo aviso de abertura de concurso aos apoios da Abordagem LEADER, num processo que deverá estar concluído até final do ano.

Cerca de três milhões de euros é a verba disponível para esta nova fase de receção de candidaturas, onde se pretende que surjam “projetos inovadores e revitalizadores do mundo rural, que tragam novos, mais e melhores serviços à população e mais emprego à região”, como referiu o coordenador da associação.

Neste sentido, a TAGUS promoveu, de 23 a 26 de julho, quatro sessões de divulgação aos apoios da Abordagem LEADER, para esclarecer associações culturais, sociais e desportivas, agricultores, comerciantes e empresários sobre os apoios disponíveis da Abordagem LEADER, e que foram um sucesso, registando um total de 120 participantes, potenciais empreendedores.

Delegação turca visita territórios do Alentejo



Nove agentes de desenvolvimento rural da Agência Regional do Mar Negro, da Turquia, concluíram no dia 14 de setembro uma visita de duas semanas ao Alentejo, realizada ao abrigo do projeto *Mobility for Regional Development*, no âmbito do

programa Leonardo da Vinci, parte integrante do programa comunitário para a Aprendizagem ao Longo da Vida.

A TERRAS DENTRO – Associação para o Desenvolvimento Integrado, entidade parceira do projeto, acolheu

a delegação turca, juntamente com o MONTE – Desenvolvimento Alentejo Central e a ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste.

Com o objetivo de dar a conhecer o trabalho de

diversas entidades públicas e privadas, o programa incidiu na visita às Associações de Desenvolvimento Local, que apresentaram os seus projetos e atividades, a câmaras municipais, escolas profissionais e algumas empresas.

Entre os agentes que integraram a delegação contavam-se especialistas em gestão, planeamento, monitorização e avaliação de projetos, direitos humanos e sociais, turismo e políticas sociais.

A importância do LEADER para o desenvolvimento local participado

A Comissão da Política de Coesão Territorial do Comité das Regiões reuniu-se a 26 de Setembro, em Bruxelas, tendo discutido, entre outros, o documento “Desenvolvimento Local Participado”, que destaca a importância dos grupos LEADER para o desenvolvimento local participado.

O documento desafia os Estados-Membros e a Comissão a garantir que existe uma massa crítica de população mínima nos territórios geridos pelos Grupos de Ação Local (GAL), entre 10.000 e 150.000 habitantes, assim como um suporte financeiro suficiente para implementar uma Estratégia Local de Desenvolvimento – entre dois e dez milhões de euros para cada grupo, para os sete anos do período de programação.

Sublinhando que “o valor acrescentado do desenvolvimento local participado é justamente o envolvimento da comunidade local e a ligação entre as ferramentas existentes”, o documento destaca o papel do LEADER e o trabalho dos GAL, por facilitarem a execução de projetos inovadores que de outro modo não seriam apoiados por fundos comunitários.



Vencedores do concurso de ideias da ADRUSE em missão empreendedora

Barcelona e Lisboa foram as cidades que receberam as “Missões Empreendedoras” constituídas pelos alunos vencedores dos Concursos de Ideias promovidos pela ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, no âmbito do projeto “Os Jovens da Serra da Estrela a Caminho do Empreendedorismo”.

“Pão com Urtiga” foi a ideia vencedora do Concurso

de Ideias supramunicipal conquistada pela Escola Básica e Secundária Fornos de Algodres, integrada na “Missão Empreendedora a Barcelona” entre 5 e 8 de setembro. Os jovens empreendedores tiveram a oportunidade de conhecer realidades empreendedoras, partilhar experiências lúdicas, culturais e pedagógicas. As visitas à incubadora de empresas TechNova Barcelona, da Universidade La Salle, e à

Barcelona Ativa permitiram um contacto próximo com os empreendedores e evidenciaram as vantagens do empreendedorismo.

Já a “Missão Empreendedora a Lisboa”, de 29 a 31 de agosto, incorporou os vencedores dos Concursos de Ideias de cada um dos concelhos pertencentes à zona de intervenção da ADRUSE – alunos da Escola Secundária de Seia, do Externato Nossa Senhora

de Fátima, em Manteigas, e ainda do Instituto de Gouveia – Escola Profissional. Estes alunos puderam partilhar as suas ideias com os jovens empreendedores alojados na Lx Factory, que tem apoiado jovens empresas de sucesso, fruto de ideias inovadoras, e visitaram a Agência DNA Cascais, que estimula a criatividade e a inovação, além de outras visitas a locais de interesse da Capital.

Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações

Alertar para os desafios que o envelhecimento demográfico coloca à sociedade e aos cidadãos é o objetivo do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações. Face à tendência de envelhecimento da população

da Europa, a iniciativa pretende sensibilizar a sociedade europeia para o contributo socioeconómico prestado pelas pessoas mais velhas e criar mais oportunidades para que os cidadãos idosos se mantenham ativos.

 Ano Europeu do **Envelhecimento Ativo** e da **Solidariedade entre Gerações 2012**



A missão deste Ano Europeu passa por contribuir para uma cultura de envelhecimento ativo numa sociedade europeia construída por e para todos. A solidariedade, a coesão social para o bem-estar individual e coletivo, a vitalidade e dignidade, a independência e a autorrealização, o desenvolvimento harmonioso e a sustentabilidade são os principais valores que orientam o projeto.

O Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações pretende ainda fomentar o diálogo e

a cooperação entre gerações como base de uma sociedade para todas as idades e alertar para as principais mudanças necessárias para melhorar a qualidade de vida de todos, numa vertente de “saber envelhecer bem”.

Para assinalar o ano europeu, as seis Associações de Desenvolvimento Local do Vale do Tejo realizaram uma exposição multimédia que dá a conhecer os serviços básicos à população aprovados no âmbito da Abordagem LEADER do PRODER.

Segundo a coordenadora nacional, Maria Joaquina Madeira, “O grande desafio coletivo é o de criar e reforçar oportunidades às cidadãs e aos cidadãos de todas as idades para poderem trabalhar e aprender até quando quiserem, manterem-se saudáveis e sentirem-se seguros, terem rendimentos suficientes, divertirem-se e, se necessário, receberem cuidados adequados, e, não menos importante, participar nas famílias, vizinhanças e comunidades de vida. A felicidade das gerações presentes, e vindouras, é uma responsabilidade de hoje que exige compromissos de vários quadrantes da sociedade.”



Os serviços básicos para as populações rurais

Desde o 25 de abril de 1974, a sociedade portuguesa conheceu um grande progresso e as populações dos territórios rurais, que tinham carências que hoje parecem inimagináveis, beneficiaram de melhorias significativas nos serviços que lhes eram prestados. Construíram-se escolas, centros de saúde, sistemas de abastecimento de água e de saneamento básico, eletrificaram-se muitas aldeias, foram criados numerosos jardins infantis, lares de idosos e muitos outros serviços básicos para a população rural, o que produziu uma apreciável melhoria da sua qualidade de vida.

Assim, hoje, quando concebemos os serviços básicos que devem existir, incluímos sempre o fornecimento de eletricidade, água, saneamento básico e recolha de lixo, mas também a educação, a saúde, a justiça, a segurança pública ou as comunicações. Há depois um conjunto de outros serviços que também não devem deixar de ser considerados: os serviços de transporte, de informação, o apoio à infância e aos idosos, o acesso às redes de comercialização, os serviços culturais e de tempos livres, e mesmo os sistemas de representação política democrática.

Estes serviços são muitas vezes considerados como dados adquiridos por parte de quem deles dispõe. Mas, tal como geralmente se diz relativamente à liberdade, só os valorizamos realmente quando não os podemos ter. Imaginemos como será viver numa comunidade que não dispõe de acesso a serviços médicos, ou para quem esse acesso é dificultado pela distância a que se situa. Ou que não dispõe de serviço de correio, recolha de lixo ou transportes. Certamente que o padrão de qualidade de vida dessa comunidade estará muito aquém daquilo que

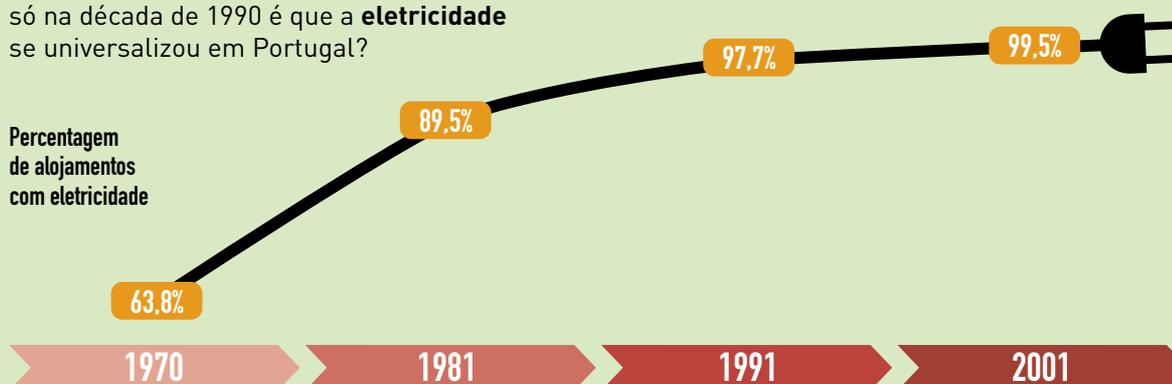
atualmente consideramos aceitável no nosso país.

Acontece porém que é isso que muitas populações rurais começam a sentir. A desumanização dos territórios rurais tem levado a que haja cada vez menos utentes de muitos desses serviços, tendo já levado ao encerramento de parte dos serviços e ao anúncio de futuros encerramentos.

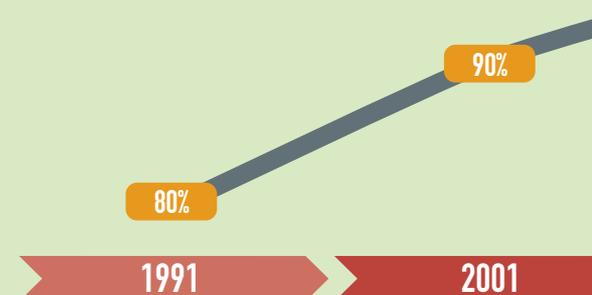
Claro que os mesmos serviços, e em regra até melhores, são disponibilizados nas sedes de concelho ou mesmo nas capitais de distrito e qua as vias de comunicação são hoje bastante

Sabia que...

só na década de 1990 é que a **eletricidade** se universalizou em Portugal?



E que, ainda hoje, há centenas de milhares de portugueses sem acesso a sistemas públicos de abastecimento de **água**?



Fonte: INE, PORDATA

O papel das ADL na prestação de serviços às populações rurais

Pela sua proximidade às populações e às entidades locais, as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) são conhecedoras das necessidades das populações, assumindo a responsabilidade de contribuir para suprir essas necessidades e promover o desenvolvimento rural integrado. Entre essas necessidades encontram-se os serviços básicos às populações rurais, que apesar das melhorias ao longo das últimas décadas continuam a registar carências em algumas áreas.

No âmbito das Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), que são construídas em parcerias alargadas das ADL com as entidades representativas dos atores locais, são definidas as prioridades de desenvolvimento dos respetivos territórios. Isto permite que nos concursos ao LEADER sejam selecionados os projetos que correspondem a essas prioridades. Assim, os projetos LEADER que têm sido executados respondem às necessidades reais das populações, o que tem possibilitado a criação de respostas muito variadas.

O Centro de Acolhimento da Coelhoosa, que através da ADRIMAG obteve o apoio necessário para melhorar as condições de alojamento das crianças, o Instituto de Ação Social do Ourondo, que com o apoio da ADERES realizou a ampliação e remodelação do lar de idosos, a Oficina Domiciliária gratuita para idosos, criada com o apoio da ADD, o Centro Social Bairro dos Moinhos, que com o apoio da PROBASTO presta cuidados domiciliários a idosos, são apenas alguns dos numerosos projetos na área social que obtiveram apoio no âmbito da Abordagem LEADER.

Noutras áreas, casos como a construção da Casa da Leitura, apoiada pela

ADRITEM, a revitalização da Escola de Música da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, com o apoio da ADRUSE, a criação do Museu do Queijo, com o apoio da RUDE, a recuperação do Circuito Cultural e Ambiental de Aljezur, com o apoio da VICENTINA, ou da realização do Festival Internacional de Folclore, com o apoio da ADRAMA, são reveladores da abrangência de serviços básicos às populações que através das ADL são apoiados pelo LEADER.

Além do financiamento de projetos, é importante realçar que o próprio facto de as ELD serem desenvolvidas através de parcerias alargadas gera uma reflexão muito produtiva junto das “forças vivas” do território, conduzindo muitas vezes as entidades que participam na sua construção a aperceberem-se do seu próprio potencial para executarem projetos, sejam ou não financiados pelo LEADER.

A intervenção das ADL no domínio da animação territorial, apesar das limitações do seu atual enquadramento nos Planos de Aquisição de Competências e Animação, acaba por ter um efeito semelhante. Ao mobilizar as pessoas e as entidades para a ação, para desenvolverem iniciativas que contribuam para o desenvolvimento do território, estão a propiciar a construção de soluções pelos próprios agentes do território.

Se nos 20 anos de história do LEADER têm sido apoiados os mais diversos tipos de projetos, com um enorme impacto na qualidade de vida das populações rurais, a verdade é que a intervenção das ADL está longe de se restringir ao âmbito do LEADER, sendo muitas delas também prestado-

ras de serviços diretamente às populações.

Várias ADL investem na qualificação das populações dos seus territórios, promovendo elas próprias ações de formação. É nesse âmbito que 11 ADL criaram Centros Novas Oportunidades, muitas realizam formação modular certificada, formação de aprendizagem, cursos de educação e formação de adultos e formação com outros enquadramentos formais, sempre que identificam competências que importa desenvolver no território e para as quais se encontram vocacionadas.

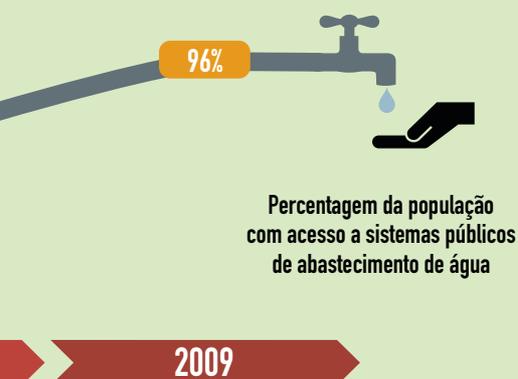
Também ao nível do apoio e desenvolvimento social a intervenção direta das ADL tem sido notável. Nos últimos anos, diversas ADL geriram Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), estabelecidos com o Estado para desempenhar localmente ações de promoção do emprego e da empregabilidade, formação e qualificação, intervenção familiar e parental, capacitação da comunidade e das instituições, e promoção da informação e acessibilidades.

Outras ADL intervêm sob outros formatos, realizando os protocolos e parcerias que permitam viabilizar as intervenções. É o caso do Centro Comunitário de Canedo, da AD ELO, que presta uma larga diversidade de serviços, com vista a suprir as necessidades da população. Possui um Centro de Atividades de Tempos Livres para crianças e jovens, atividades para os mais idosos, atendimento e acompanhamento social (no âmbito de acordos e protocolos com a Segurança Social), possui salas de formação e um Centro de Recursos que faz a recolha, tratamento e distribuição de bens de primeira necessidade a utentes carenciados. Um conjunto de serviços que são de grande importância para a população e que têm contribuído de forma determinante para a sua qualidade de vida.

Tudo, afinal, intervenções que contribuem para o desenvolvimento integrado dos territórios rurais e das suas populações, matriz de todo o trabalho das ADL.

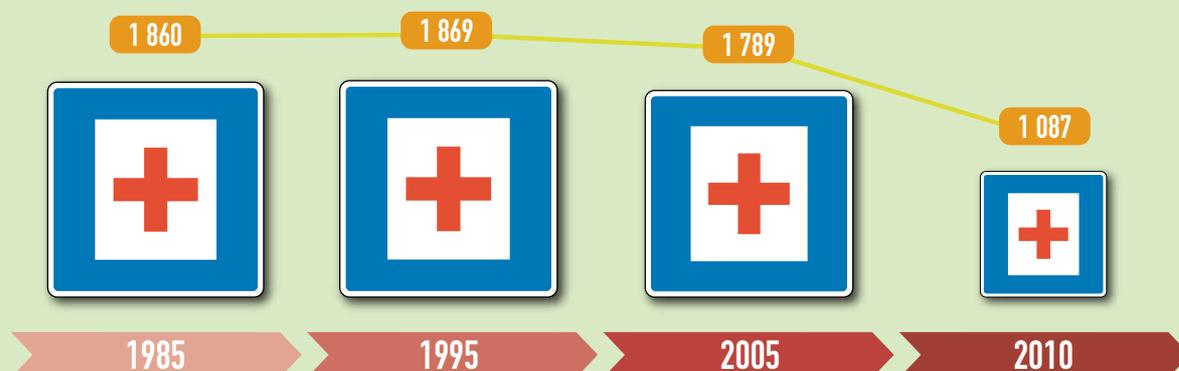
razoáveis. Mas a conceção de que todos os portugueses se deslocam de automóvel está profundamente enviesada, em particular no que diz respeito às populações rurais, cada vez mais envelhecidas. E sendo os transportes públicos (outro serviço básico) escassos nas zonas rurais, as suas populações ficam, de facto, com fortes limitações no acesso aos serviços.

Muitos habitantes dos territórios rurais sentem-se assim cada vez mais isolados, esquecidos, com a ideia de que ou abandonam a sua terra ou são eles que lá são deixados abandonados.



Fonte: INE, INAG, PORDATA

E que foram encerradas mais de **700 extensões de centros de saúde** nos últimos cinco anos?



Fonte: INE, DGS/MS, PORDATA



O ciclo vicioso do despovoamento

A tendência para a diminuição da população rural tem vindo a ser intensificar-se em Portugal: só em 2010, segundo o Eurostat, a população rural diminuiu três por cento, sobretudo devido à migração para as cidades. Trata-se de uma quebra expressiva na população residente, mas que não é surpresa para quem conhece os territórios rurais.

Aos constrangimentos que sempre se colocaram às zonas rurais, vem somar-se o encerramento da maior parte das escolas, de centenas de extensões

dos serviços de saúde em meio rural e de muitos outros serviços.

Os motivos para estes encerramentos prendem-se geralmente com duas razões: eficiência e eficácia.

Eficiência porque a redução da população leva a que os serviços tenham menos utentes, quando a sua concentração permite criar economias de escala, possibilitando a realização das mesmas tarefas com menos recursos (apesar de, por vezes, estas medidas levarem também à redução da oferta disponível para as populações).

Eficácia porque, em alguns casos, a concentração dos serviços é realizada com o argumento de que isso permite melhorar a qualidade dos serviços prestados. No caso do encerramento das escolas do primeiro ciclo com menos de 20 alunos, por exemplo, o Ministério da Educação tem argumentado que o encerramento é realizado por motivos pedagógicos, pois essas escolas apresentam baixos níveis de aproveitamento.

Estas razões, que são seguramente importantes, deixam porém por

responder duas questões que merecem uma reflexão mais abrangente: i) quais os efeitos pró-cíclicos dos encerramentos no despovoamento do território? ii) que territórios rurais estamos a construir?

A primeira questão é relevante porque parece evidente que o encerramento dos serviços irá agravar o êxodo rural, que foi em grande parte a causa para se tomar a decisão de encerramento. Obviamente que ninguém muda de casa só porque se fechou a extensão de saúde (exceto, talvez, quem nela trabalhava), mas se pensarmos que a isso se junta o fecho da escola, do tribunal e de outros serviços, concluímos que se gera um efeito social e económico mais vasto nesse território.

Quem aí trabalhava ou que lá se deslocava vai deixar de o fazer, com as óbvias consequências para as atividades comerciais. Os pais, com as habituais dificuldades em conciliar os seus horários de trabalho com os dos filhos, poderão ver a sua vida simplificada se passarem a viver mais próximos da nova escola dos filhos. As empresas que eventualmente aí se pudessem instalar não o vão fazer, pois não terão nem mercado nem mão de obra.

Muitos dos que tiverem a possibilidade de se mudar para um local onde a oferta de serviços e de emprego seja maior irão fazê-lo, e esses serão precisamente os mais qualificados. Os territórios rurais ficarão ainda mais despovoados, o que justificará o encerramento de mais serviços, num ciclo vicioso que só termina quando já lá não morar mais ninguém.

Se esta lógica persistir, a segunda questão, que territórios rurais estamos a construir, terá uma resposta que ninguém deseja. Não é uma fatalidade, mas não será suficiente desejarmos que não aconteça. Serão necessárias decisões políticas que invertam o rumo, para que os territórios rurais tenham condições para fixar a população e atrair novos habitantes, proporcionando oportunidades de trabalho e uma boa qualidade de vida.

Sabia que...

Fonte: GEPE/ME, PORDATA

Em dez anos foram encerradas quase metade das escolas do primeiro ciclo?





A participação política das populações rurais

Se nos meios urbanos muitos dos habitantes não conhecem o presidente nem qualquer outro membro do executivo da Junta de Freguesia, nas zonas rurais o presidente da junta é quase sempre bem conhecido da população.

Tratam-se de freguesias com menos habitantes, pelo que é mais fácil as pessoas conhecerem-se. Mas a explicação não reside unicamente na dimensão. Uma razão porventura mais importante é o papel diferenciado que as juntas de freguesia representam nos meios rurais.

Estando mais isoladas, as populações rurais encontram na junta de freguesia representantes diretos para procurarem resolver os seus problemas e satisfazer os seus anseios. Sentem que existe uma entidade política que lhes está próxima e que serve de representante e intermediário na ligação com as restantes entidades, sejam as câmaras municipais sejam as restantes entidades públicas e privadas que prestam serviços necessários às populações.

Para quem habita nas grandes cidades essa realidade pode ser muito distante, mas as populações rurais têm necessidades bastante distintas, que requerem um tratamento também ele diferente do que seria necessário nos meios urbanos.

Tomemos como exemplo o fornecimento de água ou energia elétrica. Se a falta de fornecimento de qualquer um destes serviços fundamentais em Lisboa ou no Porto seria caso para uma notícia de abertura de telejornal, sendo enorme a pressão para uma resolução imediata, não é isso que sucede nos territórios rurais. Aí, a intervenção do presidente da junta pode ser necessária para servir de interlocutor com as entidades que podem resolver o problema. E o mesmo acontece com muitas outras áreas essenciais para a vida das comunidades rurais, como os apoios sociais, os transportes, a educação, entre muitas outras.

Não é assim de estranhar que muitos habitantes das zonas rurais se oponham à lei que impõe a agregação de freguesias. Irá implicar uma redução substancial dessas entidades administrativas, diminuindo o sentimento de re-

presentatividade por parte das populações. De acordo com a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), das 4.259 freguesias existentes, 2.493 não reúnem os critérios de organização territorial, pelo que terão de se fundir. Levará à extinção de mais de mil freguesias, que na sua maioria serão em territórios rurais pouco povoados. Quem já se sentisse isolado, aumentará esse isolamento, pois estará mais distante desse lugar por excelência para o exercício dos direitos de cidadania por parte das populações rurais. Um exemplo de proximidade entre eleitores e eleitos, de aproximação dos eleitores à vida política, que tanto tem sido defendida.

Orçamento participativo

A aproximação dos cidadãos à política é levada ainda mais longe nas várias freguesias e municípios que adotaram o Orçamento Participativo. Este processo de governação, que assenta na participação direta dos cidadãos na tomada de decisões, teve em Portugal a Associação IN LOCO como um dos principais impulsores, o que lhe conferiu uma experiência de intervenção internacionalmente reconhecida.

Nos Orçamentos Participativos, os cidadãos participam diretamente na identificação dos problemas e das necessidades locais, na definição das prioridades, na implementação dos projetos e na sua monitorização e avaliação. Deste modo, os cidadãos sentem-se membros ativos e de pleno direito da comunidade, participando nas decisões tomadas.

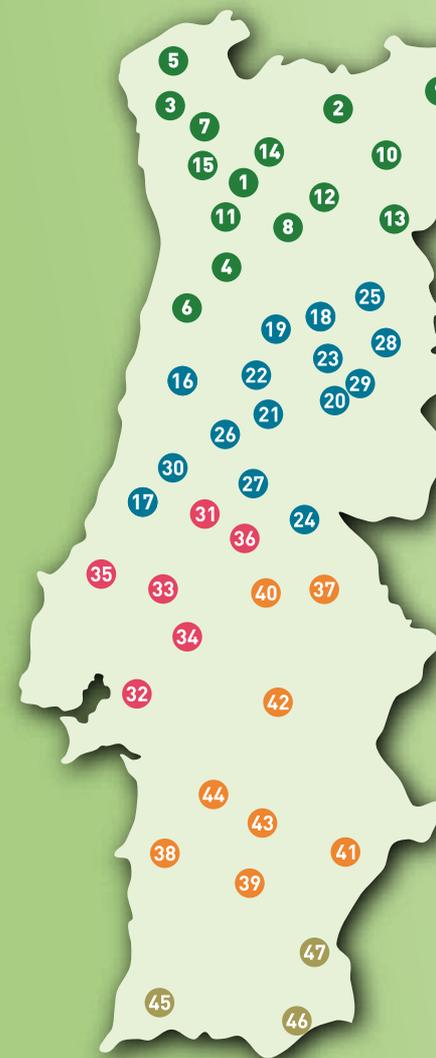
Tudo isto é feito no âmbito das instituições políticas existentes (em Portugal, juntas de freguesia e câmaras municipais), possibilitando assim a sua aproximação à população, e tendo por base a capacidade orçamental prevista, pelo que não implica qualquer aumento de despesa pública, demonstrando que o aprofundamento da democracia não é uma questão de dinheiro, mas de escolha política.

ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

Portugal Continental



Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



- 01 ADER-SOUSA
www.adersousa.pt
- 02 AD RAT
www.adrat.pt
- 03 AD RIL
www.adril.pt
- 04 AD RIMAG
www.adrimag.com.pt
- 05 AD RIMINHO
www.adriminho.pt
- 06 AD RITEM
www.adritem.pt
- 07 ATAHCA
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE
www.corane.pt
- 10 DESTIQUE
www.destique.com
- 11 DOLMEN
www.dolmen.co.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO
www.dourohistorico.pt

- 13 DOURO SUPERIOR
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO
www.adelo.pt
- 17 ADAE
www.adae.pt
- 18 ADD
www.add.pt
- 19 ADDLAP
www.addlap.pt
- 20 ADERES
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER
www.adiber.pt
- 22 ADICES
www.adices.pt
- 23 AD RUSE
www.adruse.pt
- 24 AD RACES
www.adraces.pt
- 25 RAIÁ HISTÓRICA
www.raiahistorica.org
- 26 DUECEIRA
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR
www.pinhalmajor.pt
- 28 PRÓ-RAIA
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE
www.rude-adr.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN
www.adirn.pt
- 32 ADREPES
www.adrepes.pt
- 33 APRODER
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL
www.ader-al.pt
- 38 ADL
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR
www.leadorsor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA
www.atbaixoguadiana.pt
- 48 ADELIÇOR
www.adeliçor.org
- 49 ARDE
www.arde.pt
- 50 ASDEPR
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA
www.acaporama.org
- 53 AD RAMA
www.adrama.pt

É necessária maior coerência entre as políticas setoriais

Com uma grande parte da carreira ligada ao planeamento regional, Silva Peneda, tem também uma extensa carreira política. Foi duas vezes Secretário de Estado em pastas ligadas ao desenvolvimento regional e local, duas vezes Ministro do Emprego e da Segurança Social e eurodeputado entre 2004 e 2009.

Assumiu a presidência do Conselho Económico e Social em 2009, a que conferiu um maior protagonismo, e tem sido um interveniente ativo na Concertação Social.

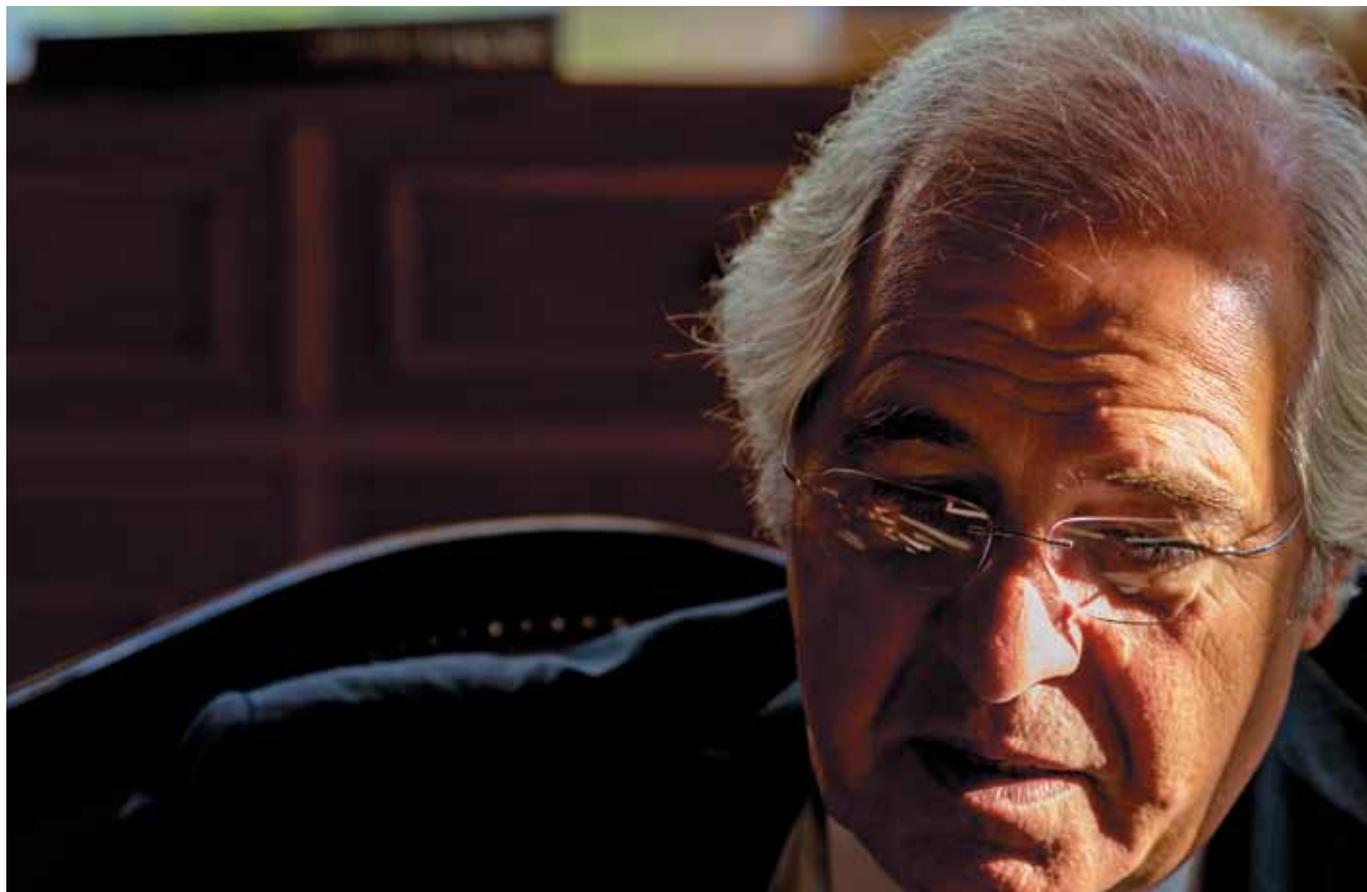
Esta entrevista decorreu no dia 19 de setembro.

Neste momento delicado em termos sociais e políticos sente que a coesão social está em risco?

Está. Já quando foi aprovado o orçamento de 2012 disse na altura que este orçamento seria de altíssimo risco, portanto tenho a perceção que o risco não é de agora, já vem de trás. É evidente que agora está mais visível por causa deste fenómeno da Taxa Social Única que apareceu com maior visibilidade. Mas a minha noção do risco, do esticar da corda que existe na sociedade portuguesa, que pode levar a tensões sociais, não é de agora. A minha noção é anterior. Basta ler os pareceres do CES [Conselho Económico e Social], e aqui a opinião já não é só minha, é dos conselheiros do CES. Pareceres votados praticamente por unanimidade que chamam a atenção para alguns aspetos importantes do ponto de vista económico e do ponto de vista social. Dizer que neste momento estamos numa situação de tensão social, para mim não é surpresa. Ela foi exacerbada por causa desta medida anunciada, que espero que possa ser reconfigurada.

E a coesão territorial? Com tão grandes diferenças de desenvolvimento económico e social entre os territórios rurais e urbanos, o litoral e o interior, pode-se considerar que existe coesão territorial?

Não. Tenho uma ideia que até já desenvolvi por escrito e em algumas intervenções: se há matéria que só pode ser resolvida através da intervenção das políticas públicas é o problema da coesão territorial. Pensar que é o mercado, a iniciativa privada, com medidas de isenções fiscais às empresas, que vai resolver o problema, é tentarmos enganarmo-nos. O problema da coesão territorial, o problema do despovoamento do interior e da concentração urbana litoral tem de se resolver através das políticas públicas, mas de médio-prazo, isto não tem soluções a curto prazo. Aliás, eu penso que os problemas do século XXI não são passíveis de resolver na perspectiva de curto prazo. Aqui temos um problema complicado porque as expectativas das pessoas são todas para o curto prazo, as pessoas não estão mobilizadas para o



médio e para o longo prazo. E no caso de alguns políticos só estão mobilizadas para o telejornal do dia seguinte.

Este problema do desenvolvimento do território e outros problemas estruturais da sociedade portuguesa só se podem resolver através de uma estratégia de uma a duas décadas. Para essa estratégia existir teria de haver uma reflexão muito profunda e um consenso muito grande dos vários partidos políticos para existir uma área que seria intocável, de orientação política para os próximos anos no sentido de corrigir assimetrias. Imagine o que seria uma decisão de transferir os serviços de administração pública que estão todos localizados em Lisboa, o que se justificou numa época em que não havia telecomunicações. Transferi-los de forma progressiva para várias cidades do país. O que isso significaria em animação da atividade económica, social e cultural destas cidades, na melhoria da qualidade de vida das pessoas que iam para essas cidades, no descongestionamento da capital e no equilíbrio do território. No caso da Holanda, um país pequeno, os serviços de administração central não estão localizados numa cidade, estão espalhados por várias. Por exemplo, porque é que o Instituto Nacional de Estatística tem de estar em Lisboa? E o Tribunal Constitucional? Porque é que os Institutos e as Direções-Gerais têm de estar todos em Lisboa? É evidente que isto não é só carregar num botão, é uma peça de uma reforma administrativa que demora uma década e que tem de ter um apoio muito claro de um largo espectro do Parlamento. Não estou a falar de regionalização, mas de uma transferência maciça de serviços de Lisboa para o interior. Isto permitiria, por exemplo, resolver problemas de alguns efetivos da Administração

O **Conselho Económico e Social (CES)** é um órgão constitucional de consulta e concertação social que procura promover e apelar à participação dos diversos atores económicos e sociais nos processos de tomada de decisão dos órgãos de soberania, constituindo-se como uma plataforma de diálogo entre o Governo, os Parceiros Sociais e os restantes representantes da sociedade civil. A Federação MINHA TERRA é um dos 66 Conselheiros com lugar no plenário, que são selecionados de acordo com a sua representatividade.

Pública: pondo a hipótese que alguns não queriam ir e poderiam ser negociadas rescisões de contratos ou reformas antecipadas. Seria a forma de injetar sangue novo da Administração Pública, que bem precisa, técnicos mais capazes, mais entusiasmados com esse tipo de ações.

Para mim seria uma reforma que seria importante em termos de equilíbrio da coesão territorial, para além de outras, mas à partida esta teria um enorme impacto. Isto só pode fazer-se se o Estado quiser. Mas o Estado tem representantes eleitos, que são os deputados na Assembleia da República. E isto só pode ser feito num horizonte de uma década, década e meia ou talvez duas décadas, não é uma tarefa para uma legislatura.

É uma logística complexa, mas sinceramente é o instrumento que eu vejo que mais diretamente pode começar a resolver o problema do despovoamento do interior. Se ela não for feita vamos continuar a ver o êxodo rural com todos os inconvenientes. Porque as pessoas vêm para estas cinturas

urbanas de Lisboa e Porto, que são modelos característicos do terceiro mundo. A evolução territorial está a conduzir-nos para algo muito parecido com os países do terceiro mundo. É preciso travar os grandes fluxos de gente para os grandes centros urbanos, para esta faixa litoral que está superpovoada, e tentar equilibrar isto.

Nestas matérias, da coesão social e territorial, que contributo pode dar o Conselho Económico e Social?

O Conselho Económico e Social, de acordo com a constituição e com a lei, limita-se a dar opiniões, a dar pareceres, quando são solicitados ou por sua iniciativa. Já demos um parecer por iniciativa própria sobre aquilo que entendemos que deve ser a reforma da zona Euro, e o tempo veio a dar-nos razão. Foi um projeto aprovado sem votos contra. O problema é que os pareceres do CES não são muito lidos. Estão na internet, no site do CES. No parecer sobre o orçamento de 2012 fiz uma compilação de frases de pareceres anteriores. Coisas ditas há 10, 12, 8 anos, se tivessem sido lidos atentamente seguramente o país não estaria hoje como está. Portanto, há uma frustração dos parceiros sociais, que são representantes da sociedade civil portuguesa. Estão representadas Câmaras Municipais, Regiões Autónomas, misericórdias, a vossa organização [Federação MINHA TERRA], as associações de proteção do ambiente, associações de consumidores, há uma plêiade de organizações aqui representadas, que emitem estes pareceres.

Pessoalmente, para além das funções, tento pela minha palavra chegar onde é possível. Mesmo no domínio da concertação social, onde tenho assento, não me inibo de fazer propostas e

sugestões, e de me assumir como agente facilitador da concertação social, papel que desempenhei no último acordo que foi feito, onde não me cansei de fazer diligências com as partes interessadas para que atingisse um entendimento que foi conseguido em janeiro.

Tem a perceção de que existe um défice de visibilidade pública dos problemas das populações rurais quando comparados com os das urbanas?

Tenho. Infelizmente o interior aparece pelas más razões, quando há incêndios ou acontece alguma desgraça, mas quando há algumas coisas positivas, que também acontecem no interior, como uma empresa bem-sucedida ou cidades que estão hoje magníficas, não aparecem. Não queria particularizar, mas conheço bem o país e há uma diferença muito grande entre o interior atual e o que existia há 20 anos. Eu conheci Trás-os-Montes muito bem, porque trabalhei na Comissão de Coordenação da Região do Norte e desenvolvi um projeto de desenvolvimento rural integrado de Trás-os-Montes. Mirandela, por exemplo, tinha aldeias em que a única ligação à cidade era de burro, os automóveis não chegavam lá. Se morria alguém, o caixão ia em cima do burro. Havia Câmaras que não tinham um engenheiro ou um arquiteto. A realidade era esta, e não há muitos anos, estou a falar de há 30 anos. O próprio Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros andava na obra a pôr os tubos do saneamento...

O país mudou muito, e para melhor. Hoje muitas cidades do interior têm um nível que não é conhecido pelo país. As pessoas de Lisboa conhecem muito bem Paris e Nova Iorque, mas não conhecem o território nacional.



Hoje há qualidade de vida, que poderia melhorar muito mais, em termos de valorização social e económica dessas terras, se, por exemplo, se desencadeasse esta operação de transferência de serviços do nível central para o nível regional. Mas, de facto, o interior não é muito notícia.

Esse défice de visibilidade tem consequências nas decisões políticas?

Tem, porque hoje decide-se muito com a perspectiva de curto prazo e as expectativas do eleitor são também de curto prazo e não de médio e longo prazo. Portanto, quando alguém apresenta um projeto em que diz “nós vamos ter resultados, mas ninguém espere que isto seja para amanhã, mas que vai ter consequências a 5-10 anos”, é muito difícil mobilizar a opinião pública para esse projeto. Mas acho que os políticos deviam ter essa preocupação, mas a tentação normalmente é para o

“Se há matéria que só pode ser resolvida através da intervenção das políticas públicas é o problema da coesão territorial. Pensar que é o mercado, a iniciativa privada, com medidas de isenções fiscais às empresas, que vai resolver o problema, é tentarmos enganarmo-nos.”

imediatismo, para a corrida do imediato, do supérfluo, do efémero. Eu julgo que não é aí que estão as raízes dos problemas profundos da sociedade portuguesa.

Desde logo, nós temos um problema gravíssimo que é a estrutura produtiva ser muito desequilibrada. Aliás é uma das observações que faço ao memorando de entendimento com a troika. Acho que os senhores da troika não conhecem a realidade da economia portuguesa, porque os desequilíbrios que temos na economia não são passíveis de resolver com um programa de dois anos. Não é possível. É preciso um programa com outro tipo de componentes e com mais tempo, que não tenha a visão apenas do défice. Há outras coisas mais importantes e que têm de ser entendidas. Mas, mais uma vez, estamos a falar de questões que têm a ver com o médio prazo e não com efeitos imediatistas.

Julgo que era preciso no nosso país um consenso político em relação a dois ou três pontos fundamentais de médio prazo, onde houvesse um compromisso político muito claro, que independentemente de quem fosse governo estivesse comprometido com este tipo de soluções ou de estratégias para esse médio prazo, coisa que não existe.

A qualidade de vida das populações rurais tem sido prejudicada pelo encerramento de serviços nas zonas rurais, na saúde, na educação, na justiça, etc.?

Posso vir a chocar, mas acho que a qualidade de vida em algumas zonas urbanas é pior que nas zonas rurais. A qualidade de vida de quem tem de acordar cedo e demorar três horas para chegar ao emprego e ao fim do dia mais três horas para chegar a casa, preparar o almoço, tratar dos filhos, etc., isso não é qualidade de vida. Eu compreendo a questão da perda de serviços, mas eu entendo que hoje a qualidade de vida de muitos milhares de portugueses à volta das metrópoles é pior que nas regiões rurais.

Este caminho de racionalização de serviços tem sido contestado pelas entidades dos territórios rurais

Bem, o que acontece é que as políticas públicas deviam ser anticíclicas. Isto é, temos de escolher se queremos um país equilibrado ou não, e para ter um país equilibrado temos de espalhar os recursos por esse país. Neste momento, as políticas públicas vão atrás do mercado. Se não há gente, fecha-se. Em vez de ser o Estado a comandar o mercado, a dar sinais de como quer as coisas, o Estado vai a reboque do mercado. E então fecha-se porque não há gente, quer na saúde, quer na educação ou em outras áreas. O Estado em vez de ser o elemento que define as políticas, regulador e condicionador do mercado, limita-se a ir atrás do mercado. Começa-se assim a questionar,

com justiça, a própria legitimidade do poder político. Ele existe não é para ir atrás do mercado, porque se existe é para condicionar o mercado que tem as suas limitações e insuficiências. E isto tem a ver com as convulsões sociais. Tem de haver estratégias e definição de grandes objetivos, do que interessa em termos nacionais, e depois têm de existir políticas para atingir esses objetivos e não limitarmo-nos a seguir aquilo que é ditado pelas regras do mercado.

Nessa perspectiva, que papel podem ter as entidades locais quer públicas quer privadas?

Têm a maior importância. Aliás, são uns heróis, os que resistem. Nós temos muito o espírito da capelinha, o que é mau. A nível do interior têm de se criar economias de escala, o espírito associativo é importante. Os concelhos do interior têm de se unir na base de outras dimensões, têm de preparar projetos em conjunto, têm de ter uma perspectiva mais internacional. Sobretudo os que estão nas zonas de fronteira, é importante que cultivem as relações de cooperação para fazer projetos transnacionais, que as autoridades europeias vêm com muita simpatia. Aliás, o LEADER e o INTERREG, são exemplos disso. Tudo o que seja envolver entidades públicas e privadas neste tipo de projetos parece-me um caminho de futuro.

Quando as entidades locais prestam os serviços básicos de que as populações rurais necessitam, estão a substituir o Estado nas suas funções ou a assumir um papel que deve dizer respeito à sociedade civil?

Julgo que é injusto dizer que estão a desempenhar funções que competiam ao Estado. Porque, se calhar, se elas não fizessem aquelas funções o Estado também não o fazia. Portanto, eu diria que completa, que colabora e que coopera. E isso é positivo. Mas é importante que o Estado tire partido da existência delas, mobilizando-as e entusiasmando-as, e não castrá-las. As organizações da sociedade civil têm de ter o seu próprio espaço e quando o Estado financia ou colabora, as suas regras não podem ser de tal maneira tacañas que leve as pessoas a perderem o que é fundamental, que é a criatividade, a inovação, o criar um sonho, uma ideia. Todo esse movimento de voluntariado não pode ser castrado pelo Estado que chega lá e diz “não, o quarto tem que ter tantos metros quadrados”. As pessoas têm bom senso. É preciso dar liberdade às pessoas para organizarem esse tipo de atividades. Mas elas substituírem o Estado. Eu não usaria a palavra substituir, porque se elas não fizessem eu não acredito que o Estado tivesse capacidade para desempenhar essas funções.

O Estado Central olha geralmente para os problemas de forma segmentada (saúde, educação, economia, segurança). Por outro lado, as Associações de Desenvolvimento Local, apoiadas pelo Estado e por fundos comunitários, desenvolvem Estratégias Locais de Desenvolvimento numa perspectiva integrada e territorializada. É possível conciliar estas duas abordagens?

Há pouco falei num problema que tinha a ver com o curto prazo, outro problema é a coerência das políticas. Está a tocar num ponto a que sou muito sensível. Ainda agora recebemos aqui o pedido de parecer ao CES sobre as Grandes Opções do Plano e é com tristeza que vejo que cada Ministério faz o seu papel, aquilo é agrafado e está pronto. Há um problema, que não é só nacional, é um problema de coerência entre as diferentes políticas. Porque uma política sectorial pode ser razoável, pode apontar num determinado sentido, mas se for combinada com outra pode não fazer sentido. Nós hoje vivemos num tempo em que há uma ditadura da política financeira sobre o resto, o que se compreende pela situação que vivemos, mas acho que deveria haver espaço para uma maior complementaridade entre as políticas. Nós temos claramente uma insuficiência no que tem a ver com a coerência entre as diferentes políticas sectoriais. E mais, essa coerência tem de ser usada a nível regional, porque o mesmo problema no Alentejo e Trás-os-Montes se calhar tem de ser resolvido de formas diferentes. Nada me garante, por exemplo, que uma política ativa de emprego no Alentejo tenha o mesmo resultado que em Trás-os-Montes. As sociedades são diferentes, nós somos um pequeno país mas com características diferentes. As medidas de política têm de ter graus de flexibilidade e maleabilidade para que haja a possibilidade de adaptar às características próprias de cada região e integrar as tais visões integradas que existem na região. Neste momento a situação é grave porque não temos coerência de políticas a nível central e, por maioria de razão, também não temos a nível regional. São essas entidades que tentam esses programas a nível local, e ainda bem, mas a nível nacional não existe.

Acredita que no futuro, ou até no presente, será possível tornar as zonas rurais mais atrativas para se viver e trabalhar ou o seu despovoamento é inevitável?

Eu não queria conformar-me com uma tese de fatalismo. Eu julgo que depende da nossa capacidade de organização e da nossa capacidade de visão. É muito importante ter uma visão acerca do país e eu receio que muitos políticos não tenham uma visão acerca do país, têm uma visão acerca do seu interesse imediato.

Eu julgo que nós hoje vivemos dois problemas, duas insuficiências que são



terríveis: falta de visão e falta de confiança. Não acredito que os problemas possam ser resolvidos sem visão e sem confiança. Depois acresce outra coisa, não podemos esquecer que vivemos integrados numa comunidade chamada União Europeia, e os instrumentos e meios para resolver os problemas não podem ser realizados só a nível interno, mas também externo. Nós, apesar de estarmos nesta situação de financiamento externo, não deixámos de ser membros plenos da União Europeia. Eu julgo que esquecemos um pouco isso. Nós também temos de ter uma voz ativa no sentido de que as políticas europeias sejam definidas segundo os nossos interesses. Esta realidade não é só nossa, há outros países que têm o mesmo tipo de problemas. Eu costumo dizer que a prioridade da nossa política devia ser a política europeia. E devíamos ter à mesa, na discussão das questões europeias, alguém que tentasse estabelecer alianças táticas com vários intervenientes enquadrados com as nossas ambições. Não conheço nenhum caso de sucesso de política europeia que seja apresentado por apenas um país. O segredo é tentar apresentar como algo que é importante para a Europa no seu conjunto. E a Europa não pode deixar de se preocupar com o povoamento territorial, por isso deveríamos estar ao lado daqueles que estão focalizados nesse objetivo. Não podemos esperar que sejam só os senhores burocratas lá de Bruxelas a decidir,

“Neste momento, as políticas públicas vão atrás do mercado. Se não há gente, fecha-se. Em vez de ser o Estado a comandar o mercado, a dar sinais de como quer as coisas, o Estado vai a reboque do mercado.”

devemos também ser vozes para que essa orientação ganhe cada vez mais importância nas linhas de política da União Europeia.

Apesar destas dificuldades com que o país está hoje, destas contradições que existem na sociedade portuguesa e também das dificuldades europeias, olhando para o médio prazo, está otimista de que Portugal venha a ter um futuro mais equilibrado?

Eu gostaria que tivesse, mas isso depende de outros fatores. Temos de ser realistas, isto depende muito da forma como o problema da evolução da União Europeia for resolvido. Estamos perante uma crise institucional complicada, a zona Euro não tem um pensamento orgânico definido. Portanto, temos problemas que nos afetam e condicionam muito.

Depois temos este problema dramático da situação financeira, perdemos autonomia que temos de recuperar. Se o problema da Europa for resolvido na linha que eu penso que devia ser, se conseguirmos ultrapassar esta perda de autonomia financeira, eu julgo que temos condições para podermos ser ambiciosos em muitos domínios. Mas neste momento temos de ter consciência que temos de ultrapassar essas duas dificuldades que não são pequenas.

PROTAGONISTAS RESPONDEM A TRÊS QUES

- 1 Como avalia a evolução dos serviços básicos disponíveis para as populações rurais?
- 2 Quais as implicações no desenvolvimento dos territórios
- 3 O que deve ser feito para se



Madalena Carrito

1 Tem-se assistido nos últimos anos a um crescimento do número de serviços básicos para as populações rurais, mas, acima de tudo, à qualidade das propostas apresentadas. Como é sabido, o défice de investimento existente em muitas comunidades gerava desigualdade e potenciava as assimetrias. Muito do esforço humano e financeiro realizado no âmbito do programa LEADER (Subprograma 3 do PRODER) tem tido resultados extraordinários, capacitando muitas instituições e empresas a prestar serviços de proximidade, de qualidade e, sobretudo, essenciais ao bem-estar das populações.

2 As implicações positivas traduzem-se ao nível da empregabilidade, da fixação das pessoas, e da oferta de serviços para diferentes tipos de públicos. Naturalmente que estes aspetos não estão dissociados da criação de riqueza, logo, de crescimento económico e social.

3 Os regulamentos são muitas vezes demasiado estáticos, não permitindo a sua adaptabilidade aos contextos e às especificidades dos projetos. Por outro lado, há que agilizar os procedimentos ao nível de execução financeira, para garantir a sua sustentabilidade e a sua eficácia.

Madalena Carrito, Presidente da Associação de Desenvolvimento Integrado de Poiares.



Manuel de Lemos

1 É claro que nos últimos anos temos assistido a uma evolução dos serviços básicos para as populações rurais; as vias de comunicação e as novas tecnologias tornaram o País mais pequeno e mais moderno; os sucessivos governos e as autarquias fizeram a este respeito um trabalho notável. Infelizmente, a diminuição da natalidade e as preocupações economicistas dos últimos dois governos provocaram uma inversão fatal neste movimento, que é fonte da maior preocupação. Neste contexto o que mais me preocupa é a matéria da proteção social, nomeadamente em sede de saúde. Os sucessivos encerramentos de respostas não só não têm em conta a questão das distâncias (10 km numa cidade não tem nada a ver com 10 km numa região rural) como o sucessivo e permanente empobrecimento das populações.

2 Desertificação, empobrecimento, descoesão (perdoe-se o neologismo) social. Um território onde não há serviços básicos não fixa pessoas, não gera empregos, perde atratividade por mais bonito que seja. Por isso, os jovens vão-se embora e os idosos que podem vão para os lares ou ficam isolados em casa. O empobrecimento e a perda de cidadania são consequências imediatas e inelutáveis; e sem cidadania e sem recursos não existe coesão social, desde logo porque nem sequer o problema se põe.

3 Voltar ao percurso anterior com bom senso e sem megalomanias. Não podemos esperar que os outros resolvam os nossos problemas; é necessário imaginação, rigor e determinação. A definição de *clusters* assertivos e razoáveis, desperta a curiosidade dos urbanos, menos empobrecidos, e é gerador de

riqueza. O reforço da participação das comunidades no seu destino coletivo assume pois, do meu ponto de vista uma importância decisiva. A este respeito, e como democrata, considero que está na altura de essas comunidades escolherem os seus líderes de entre os que melhor a representam e não votar neste ou naquele com o espírito do “torcedor” de futebol. Quero dizer: esta matéria não é de afetos, mas de razões.

Manuel de Lemos é Presidente da União das Misericórdias Portuguesas.

TÓPICOS SOBRE SERVIÇOS À POPULAÇÃO RURAL

rurais?
melhorar a situação?



Carlos Pinto

1 A minha avaliação prende-se com o grande incremento que nos últimos anos tiveram as infraestruturas de prestação de serviços nos territórios rurais. E esta prestação deve-se não apenas ao facto de ter havido incentivos comunitários muito significativos para este efeito, como também à própria consciência de que o território rural é parte fundamental do território no seu conjunto e que não há espaço comunitário sem que o equilíbrio entre o urbano e o rural se verifique.

Portanto, esta consciência e os meios postos à disposição levaram a que se tenha feito um progresso notável nos últimos anos no domínio das infraestruturas de saneamento básico, das telecomunicações, da prestação de cuidados de saúde, educativos, etc. Portanto, houve um claro avanço nessa matéria.

2 Sem essas infraestruturas não há qualidade de vida. Estejamos a falar quer de territórios com uma componente exclusivamente agrícola, quer de territórios com uma componente turística rural, quer ainda de territórios com algum investimento na área dos recursos naturais, em todos eles é fundamental termos condições para sedear pessoas, para reduzir a distância entre a qualidade de vida do meio urbano e a qualidade de vida do meio rural. Essa condição é anterior à própria perspectiva de irmos a alcançar patamares de desenvolvimento significativos no mundo rural.

3 O que deve ser feito é sobretudo reforçarmos a consciência de que hoje os territórios inseridos no mundo rural são olhados com um potencial cada vez mais importante, atendendo em particular à presente crise alimentar e energética. Em todos

os países desenvolvidos está-se a considerar este aspeto como decisivo para um reequilíbrio estratégico dos países, e sobretudo tendo em conta que o próprio desemprego existente hoje nos setores secundário e terciário, deve levar a uma maior procura das explorações agrícolas e do aproveitamento dos recursos agrícolas do mundo rural; agrícolas, energéticas, turísticas, enfim, tudo aquilo que nós consideramos potencial endógeno destas zonas. Considero que esta perspectiva, que passa pelas políticas nacionais, comunitárias e nacionais, e depois tem também uma componente muito significativa a nível local, pode ser a chave de uma mudança definitiva quanto ao enfoque que se dá hoje ao desenvolvimento rural na perspectiva mais geral do desenvolvimento.

Carlos Pinto é Presidente da RUDE e Presidente da Câmara Municipal da Covilhã.



António Santos

1 Numa primeira fase, que, *grosso modo*, vai do século XIX até meados do século XX, foi feito um grande esforço para aproximar os serviços às populações. Foram colocadas escolas, eletricidade, água, junto dos pequenos aglomerados, permitindo uma proximidade às comunidades. Depois, na parte final do século XX, o desenvolvimento dos transportes, através da construção de estradas, da generalização do uso de automóvel e até dos próprios circuitos de transportes públicos, levou à concentração dos serviços, procurando obter reduções de custos e economias de escala.

Atualmente, e atendendo à desertificação que se verifica em muitos espaços rurais, este modelo é hoje completamente posto em causa. Isto porque se considera que os problemas do mundo rural são muito agravados quando os serviços básicos de proximidade são inexistentes ou não cumprem as suas funções na plenitude.

Portanto, hoje em dia, temos de dar uma grande importância a aspetos como a guarda de crianças, o acompanhamento escolar, a assistência a idosos ou o apoio a famílias. Estes serviços são críticos e devem ser privilegiados na intervenção social atual.

2 Quanto menos respostas sociais, quanto menos respostas de proximidade tiver um território, mais acelerado será o processo de desumanização e mais difícil será manter ou atrair pessoas para esse território. É, portanto, uma peça chave no desenvolvimento de um território.

Depois há um segundo aspeto, que é no interior do próprio território. Estas iniciativas têm uma importância muito grande, porque elas próprias

acabam por ser geradoras de postos de trabalho, sendo um motor de desenvolvimento da economia local. Por isso, em termos de Estratégia Local de Desenvolvimento, temos de considerar a existência de serviços de proximidade como peça fundamental.

3 Penso que é importantíssima a existência de sistemas de incentivos para as entidades que desenvolvem a sua atuação nos serviços de proximidade. Esta pode ser exemplificada, e muito bem, pela atuação do programa LEADER, que tem feito um trabalho extremamente meritório neste domínio.

Agora, focando a análise no interior das entidades, penso que a diversidade de respostas tem de ser aumentada e actualizada, dando resposta a um conjunto de solicitações que vão variando ao longo dos tempos.

Há também uma outra análise a fazer, relativa aos territórios periurbanos: uma atuação alargada, que promove os aspetos identitários e as relações sociais e comunitárias, também é muito importante, para que não se verifique a emergência de bairros de dormitórios, em que as pessoas acabam por estar desenraizadas, não tendo ligação com o local.

Por último, vale a pena realçar a importância dos serviços para a construção da imagem dos territórios, mais assente nos conceitos de qualidade de vida e identidade territorial, e considerar que estes aspetos têm de estar em constante atualização e renovação.

António Santos é Diretor Executivo da AD-ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego.



Coletividades e associações culturais, recreativas e desportivas

Um poder local, um parceiro com passado, presente e futuro

Quando em 1722 em Santiago de Riba Úl, Concelho de Oliveira de Azeméis, Distrito de Aveiro, foi constituída a primeira Coletividade – *Banda de Música de Santiago de Riba Úl* – os seus fundadores estavam longe de pensar que estavam a dar início a um processo imparável que chegou aos nossos dias com mais de 30.000 instituições, cerca de 450.000 dirigentes associativos voluntários e benévolos e cerca de três milhões de associados.

Foi um caminho árduo, não isento de erros, com muitas virtudes e muitos desafios. A relação deste Movimento Associativo Popular (MAP) com os vários sistemas políticos teve assimetrias e experiências que demonstram que, sendo um movimento interclassista, não deixa de ser um movimento de camadas sociais desfavorecidas, que se organizaram e associaram para resolver de forma coletiva o que não conseguiam resolver

individualmente ou que os poderes instituídos (governos) não podiam ou não queriam resolver. A 1ª República veio dar um novo impulso a este movimento, que viu a sua ação muito condicionada pelo fascismo português, tendo de novo ressurgido com o 25 de abril de 1974, sendo que mais de metade das atuais coletividades/associações foram constituídas neste último período.

A sua disseminação pelo território (Continente e Ilhas) é de tal forma que não haverá freguesia ou lugar que se digne deste nome que não tenha a “sua” coletividade. Em muitos casos, podemos mesmo afirmar que a coletividade, associação ou clube, conforme a atividade predominante, é o último reduto das populações locais. Existem coletividades, sobretudo em meio rural, onde para além de serem o local de convívio, lazer, aprendizagem, troca de experiências e vivências, são ainda o posto de

correios, delegação da Junta de Freguesia, posto de primeiros socorros, balneário e mesmo casa mortuária.

É nas coletividades que muitas crianças descobrem a vocação para as artes ou o desporto, como é o caso de praticamente todos os grandes artistas nacionais de teatro, telenovelas e cinema, mas também dos futebolistas e praticantes de outras modalidades que, aquém e além-fronteiras, dão nome e prestígio ao nosso país. É também nas coletividades que rapazes e raparigas se conhecem e acabam por namorar e casar, constituindo famílias que ficam quase sempre “identificados” com a instituição, passando aos filhos e mais tarde aos netos as experiências vividas. São processos de socialização que determinam em muitos casos a composição dos órgãos sociais das coletividades, das autarquias locais, das empresas familiares e até de órgãos de comunicação

social. O prestígio, a experiência e qualificação adquiridas nas coletividades são reconhecidos por todas as forças vivas do meio social e aproveitados em vários sentidos e em várias funções. As coletividades são ainda o local onde muitos idosos sujeitos ao isolamento e abandono, encontram um ombro amigo e passam o resto dos seus dias.

Ao longo dos tempos, os dirigentes e ativistas associativos foram tomando consciência que a coletividade não é uma ilha e, como tal, está sujeita às influências da sociedade em geral. O que ainda não está completamente assimilado é que as coletividades também podem influenciar esse mesmo meio e, conseqüentemente, influenciar a sociedade. É um processo lento mas que pouco a pouco faz o seu caminho.

Atualmente, as coletividades têm representação nos mais variados órgãos locais de consulta, quer sejam na área do ensino, da segurança ou de atividades culturais e desportivas. Existem mesmo casos em que as coletividades cooperam com instituições de base local como Associações de Desenvolvimento Local (ADL), associações de produtores, associações cívicas de defesa do meio ambiente, associações de defesa do artesanato local e associações de defesa dos serviços públicos. Cada coletividade é uma e tem características próprias ao ponto de ter uma identidade própria. Contudo, existem cada vez mais problemas comuns que requerem uma ação comum. Parte das dificuldades encontradas no exercício da atividade associativa tem a ver com fatores externos ao associativismo.

As sucessivas alterações ao Código do Trabalho, vieram agravar as condições de vida dos trabalhadores por conta de outrem (89% dos dirigentes) uma vez que se desregularam os horários, a natureza dos contratos/precariedade e a deslocalização dos locais de trabalho. Aumentaram as despesas de funcionamento (água, luz, gás, portagens, combustíveis, rendas, comunicações, taxas, licenças). Agravaram-se as ações inspetivas da ASAE, Finanças, IDP, IGAC, SPA, responsabilizando diretamente os dirigentes. Reduziram-se as contrapartidas por parte das autarquias e mantiveram-se dívidas na ordem de vários

milhões de euros às coletividades. Reduziram-se as receitas provenientes das famílias com reflexo nas atividades estatutárias, com o conseqüente abandono de crianças, adultos e idosos das atividades.

Como se tudo isto não bastasse, a troika exigiu ao governo português o levantamento da quantidade de associações e de gastos públicos com as mesmas. O governo apressou-se a exigir de forma generalizada às coletividades a entrega nas finanças do Modelo 22 (junho 2012). Parece estar em marcha um novo e qualificado atentado ao Movimento Associativo. Não ter em conta os reflexos que tal medida possa ter na economia local e nas condições sociais locais é um enorme disparate e uma clara falta de sensibilidade social que faz lembrar o período da ditadura.

A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto tem pautado a sua atitude pela proposta positiva e construtiva. Não trocamos princípios e valores por apoios financeiros ou pedestais institucionais. Consideramos que é da mais elementar justiça que a Confederação tenha assento no Conselho Económico e Social, uma vez que de acordo com a lei 34/2003 de 22 de agosto lhe foi atribuído o estatuto de parceiro social. Deve igualmente ter assento no Conselho Nacional do Desporto, no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado e no Conselho Nacional para a Economia Social.

O Movimento Associativo Popular deverá ser um elemento de mudança, de transformação social e de exemplo para uma sociedade que se deseja de cooperação em vez de competição. Mais do nos “*adaptarmos aos novos tempos*”, devemos ser nós mesmos a determinar o tempo e o modo em que desejamos viver.



Augusto Flor

Presidente da Direção da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto



Foto: Javier Habladorrito

O Interior tem cada vez menos Estado

O momento em que escrevo este artigo de opinião é marcado pelo crescimento progressivo das tensões sociais e dos protestos populares um pouco por todo o país. Estes assumem contornos muito diferenciados: umas vezes mais transversais, como é o caso das grandes manifestações de 15 de setembro, contra as políticas de austeridade anunciadas pelo Governo; outras mais localizadas, em protesto contra o encerramento de serviços públicos. Há, no entanto, um traço comum entre todas estas formas de mobilização: representam uma recusa popular do enorme recuo do Estado nas suas funções sociais.

Numa pesquisa recente, levada a cabo pelo *Jornal de Notícias*, com o título “O País está a fechar nas zonas longe do poder”, ficou muito evidente que as sucessivas políticas de encerramento de serviços públicos, entre 2005 e 2012, penalizam sobretudo os distritos interiores, com maior incidência no Norte e Centro. Durante este período fecharam 3481 escolas, 700 extensões de saúde, 9 maternidades e 16 urgências. Alguns concelhos enfrentam agora

a ameaça de fecho dos tribunais. Segundo o *JN*, são 27 os municípios nestas circunstâncias, onde as populações têm dificuldade crescente no acesso aos serviços públicos que garantem direitos fundamentais: educação, saúde e justiça. Só no Distrito de Bragança estão identificados cinco concelhos que fazem o pleno das perdas. Carraceda de Ansiães ficou sem as 29 escolas isoladas do 1.º Ciclo, o Serviço de Atendimento Permanente e o tribunal está na lista negra dos encerramentos. Alfândega da Fé, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais estão em idêntica situação.

Os problemas de perda humana nos espaços rurais não podem ter como resposta a frieza dos cálculos para o fecho dos serviços públicos de proximidade. A geografia dos encerramentos é o espelho de um país em profunda clivagem socio-territorial, com o agravamento das desigualdades regionais e com perda evidente de qualidade de vida nestas áreas.

A sectorialização e desarticulação das políticas públicas não permitem um olhar sistémico sobre a realidade

dos territórios, gerando esta sobreposição de austeridades, contribuindo de forma decisiva para o esvaziamento do interior rural. A necessária adequação dos serviços públicos às distintas realidades do país exige um exercício de planeamento integrado, que tenha em conta os equilíbrios locais e regionais, evitando situações como as que se verificam na atualidade, em que vários municípios do interior correm o risco de quase extinção dos serviços do Estado.

Não se devem negligenciar outros impactos associados a estas situações, como é o caso do aumento do desemprego, da perda de dinamismo nas atividades económicas locais, entre outros. Também a este nível, o Interior do país é o mais penalizado. O que está em causa é evidentemente um problema muito mais vasto. Trata-se de um recuo do Estado Social, que dá lugar a um Estado Liberal, apostado em entregar à lógica do mercado serviços que são de interesse público.

Creio que todo este cenário configura uma mudança de paradigma em relação à perceção que os cidadãos têm

do Estado. Este corre o risco de deixar de ser visto com o agente de promoção da coesão e proteção das populações mais carenciadas ou isoladas, para passar a ser perspetivado como “alguém” que fere direitos essenciais, provoca desigualdades e esquece as suas populações rurais.

Portugal tem uma tradição de avaliação de serviços públicos feita com base na régua e no esquadro. Pelo contrário, outros países europeus têm vindo a implementar, sobretudo a nível local, políticas de avaliação participativa, que envolvem os cidadãos na monitorização da qualidade dos serviços prestados. É o que se denomina de “serviços públicos democráticos”, no âmbito do qual se verifica uma partilha de poder entre os “prestadores” e os “utentes”, no acompanhamento dos serviços. Assuntos como orçamento, horários, valências ou funções, instalações, entre outros, são monitorizados pelos cidadãos, podendo isso implicar alterações que são necessariamente articuladas com as respetivas tutelas. Este trabalho é assumido por painéis de cidadãos que se dedicam a avaliar

a qualidade das prestações do Estado, como por exemplo a água, a habitação, a escola, entre outros. Os utentes transformam-se deste modo em coprodutores de serviços públicos.

Os desafios que Portugal enfrenta na atualidade colocam-nos numa posição muito distante destas tendências verificadas em outros países, mas tal situação não nos deve impedir de procurar as necessárias interlocuções políticas, nomeadamente a nível local, para podermos beneficiar de serviços públicos mais democráticos, e para que os cidadãos se sintam atores ativos nesse processo de transformação.



Nelson Dias
Presidente da Direção da Associação In Loco



3 Passeios e Companhia

Tela gigante de cores, cheiros e sabores, o Alentejo Litoral oferece, ao longo do ano, 365 dias de prazer, descanso e aventura aos quais se associam um acolhimento de qualidade com uma oferta diversificada.

Às praias longilíneas de brancos areais e às pequenas enseadas rendilhadas por falésias escarpadas que abafam os gritos das gaivotas e das águias pesqueiras juntam-se, nesta pintura, os verdes campos de arrozais imensos, a bucólica charneca florida, mas também o montado de sobro e de azinho, onde o homem e a natureza se ligaram num abraço perfeito.

Por entre terras de minério, lagoas costeiras, praias de sonho e serras verdejantes, as Rotas do Litoral Alentejano propõem 10 percursos de descoberta da natureza, da história e da cultura deste território, envolvendo os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira.

Ao percorrer estas Rotas irá conhecer iniciativas de base local e ao visitar, ficar, provar ou levar consigo algo do Litoral Alentejano estará a contribuir para a manutenção e viabilização das atividades tradicionais em meio rural.

Estuário do Sado

Logo pela manhã, embarque em Alcácer do Sal para um passeio de barco pela Reserva Natural do Estuário do Sado com a **Rotas do Sal** ao encontro dos golfinhos e dos flamingos. Ou opte por um passeio pedestre e parta à descoberta da fauna e flora da região. Para almoçar ou jantar, sugerimos o **1 Museu do Arroz**. Instalado numa antiga fábrica de descasque de arroz, na Comporta, o espaço não só prima pela componente museológica como cativa pela carta gastronómica. O arroz é a especialidade mas as sobremesas são imperdíveis.

À Descoberta da Serra

Pelo interior dos concelhos de Grândola e Santiago do Cacém, tire partido das vistas panorâmicas sobre as verdejantes vertentes das serras e o litoral, numa mancha de azul de mar sem fim. Ao largo de **2 Santiago**, os moinhos de vento conferem um romantismo “quixotesco” à paisagem e por todo o lado pequenas e singelas ermidas revelam o património arquitectónico religioso do território. Depois do passeio, com a **3 Passeios e Companhia**, descanse no **Monte das Faias**, uma típica casa de campo a 5 km de Grândola.

LISBOA Lagoas Costeiras
Com uma enorme diversidade de fauna e flora endémicas, os amantes da natureza encontram aqui – no triângulo das lagoas de Melides, Santo André e da Sancha – o lugar ideal para a observação de aves. Mas também de outras espécies, como enguias e lontras, que se albergam entre salinas, arrozais, sobreiral, pinhal, dunas e sapal. Para um dia dedicado à aventura, convidamo-lo a visitar o **5 Badoca Safari Park**.

Estuário do Sado

Lagoas Costeiras

Percurso dos Antepassados



5 Badoca Safari Park

Ilha do Pessegueiro

Subindo o Rio Mira

Pela Faixa Costeira



6 Ecoalga



1 Museu do Arroz



2 Moinhos de vento

Percurso mineiro

Atravessando os concelhos de Grândola e Santiago, as antigas minas do Lousal, Canal Caveira e Cercal modelam diferentes paisagens e recordam-nos os tempos da indústria mineira. Na vila do Cercal, chegam-nos desenhos à superfície pintados de cores fortes (ocre e negro) e, num cenário diferente, a antiga Mina de Sulfuretos do Canal Caveira revela o impacto ambiental da sua exploração. No Lousal, um ambicioso projeto permitiu reconverter as antigas estruturas da mina em locais de fruição turística e enriquecimento do conhecimento desta atividade. Hoje, além do **Museu de Arqueologia Industrial**, este complexo alberga o Centro de Ciência Viva do Lousal, um Centro de Artesanato, uma moderna albergaria e um restaurante regional.

Percurso dos Antepassados

Marcada pelos vestígios arqueológicos presentes em torno da antiga cidade de Kassem (Santiago do Cacém) e delimitada pela barreira natural da Serra de Grândola e S. Francisco, esta rota convida



8 Ateliê de Helena Loermans

a um lúdico percurso entre o Vale da Cascalheira e Melides. O conjunto do centro histórico de Santiago transporta-nos para uma paisagem de outros tempos... Não deixe de visitar as Ruínas de Miróbriga, as suas termas, ponte e calçadas romanas.

Ilha do Pessegueiro

Logo pela manhã, para aproveitar bem o dia, dirija-se até ao porto de pesca da pequena aldeia de Porto Covo para um passeio de barco à Ilha do Pessegueiro, acompanhado pelo **J. Matias**. À tarde, para os mais radicais, sugerimos um mergulho com a **6 Ecoalga** – um projeto que, além da vertente de mergulho recreativo, tem um vincado carácter científico. Para comer, entregue-se à cozinha do Trinca Espinhas, em São Torpes.



7 Duca

Subindo o Rio Mira

Comece o dia com um passeio pelo rio Mira com a **7 Duca** – Atividades Náuticas de Recreio. O percurso, com início no cais de Vila Nova de Milfontes, proporciona uma oportunidade única para observar a fauna e flora na envolvente do rio, como a garça-real e os cágados, e avistar alguns moinhos de maré. Partindo à descoberta da vila de Odemira, não deixe de ir ao encontro do ateliê de tecelagem de **8 Helena Loermans**. Uma holandesa, há mais de 20 anos por Odemira, que cria belíssimas peças no tear, unindo fios de lã, linho, seda, papel, etc., num apaixonante exercício de criatividade.

Ribeira do Torgal

Pelo interior do concelho de Odemira, sugerimos um percurso pedestre ao longo da Ribeira do Torgal até ao Pego das Pias (6 km). Aproveite a verdejante envolvente, povoada de choupos, amieiros, salgueiros, sobreiros e azinheiras, e faça um piquenique. No regresso, pelo Cercal, optando por prolongar a estadia, pernoite na **9 Herdade da Matinha**, onde não há lugar para a TV mas servem pequenos-almoços e jantares com produtos biológicos da horta.



9 Herdade da Matinha

Espelhos de Água

À conquista da albufeira de Santa Clara – uma referência na paisagem do interior do concelho de Odemira –, recomendamos um passeio a bordo da embarcação turística da **10 Moura Encantada**. Na estrada que liga o Cercal a Alvalade, encontra a albufeira de Campilhas. Já no concelho de Alcácer do Sal, a paisagem é marcada pelo Vale de Gaio, com uma intensa componente agrícola, associada às culturas de regadio. Ao redor da típica vila alentejana do Torrão, contrastam o montado e algumas



10 Moura Encantada



11 Herdade do Touril

manchas de pinhais e eucaliptais junto ao plano de água do Pego do Altar. Em Luzianes-Gare, espreite a pequena albufeira de Corte-Brique e vá até ao **Centro de Transformação e Embalamento de Produtos Hortícolas** “Alma da nossa gente”. Para dormir, aconselhamos o turismo rural **A Nave Redonda do Cerro**, perto de Sabóia, ou a **11 Herdade do Touril**, na Zambujeira do Mar, um dos alojamentos rurais da rede Casas Brancas.

Pela Faixa Costeira

Para sul, ao longo da costa, marcada por elevadas e recortadas falésias rochosas, encontramos praias em baías calmas e abrigadas... Almogrove, Zambujeira do Mar e Carvalhal. O Cabo Sardão é o lugar privilegiado para avistar as formações rochosas da linha de costa, utilizadas como locais de nidificação por uma significativa diversidade de espécies de aves. Zona de Proteção Especial para Aves e Sítio da Rede Natura 2000, esta faixa costeira – no Parque Natural do Sudoeste Alentejano – é uma das faixas litorais mais bem conservada do país e da Europa.

As Rotas do Litoral Alentejano fazem parte de um projeto integrado de promoção e marketing territorial, que visa garantir uma oferta turística de qualidade com base numa imagem de marca registada – Litoral Alentejano.

Esta Rede de Promoção e Marketing Territorial é dinamizada pela Associação de

Desenvolvimento do Litoral Alentejano (ADL) em parceria com os atores locais.

A ADL, enquanto entidade gestora do programa de iniciativa comunitária LEADER+ e da Medida LEADER do atual Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), tem vindo a contribuir para a criação e modernização de iniciativas locais de natureza empresarial e institucional – entre as quais, as mencionadas neste texto (beneficiárias do apoio LEADER) – permitindo qualificar o território do Litoral Alentejano.

Para breve está a reedição do *Roteiro do Litoral Alentejano*, publicado em 2008 pela ADL, com a chancela LEADER+, incluindo um guia atualizado de alojamentos turísticos, restaurantes, atividades de animação turística, lojas de produtos locais, entre outras informações úteis.

Com toda a sua diversidade de paisagens, associadas tanto à faixa costeira como ao interior rural, o Litoral Alentejano constitui um dos espaços rurais europeus com maior potencial para a prática e desenvolvimento de um turismo de qualidade, que permite transformar os recursos locais em produtos turísticos diversificados capazes de provocar dinâmicas de desenvolvimento que envolvam a participação de todos os atores locais.



ENTIDADE GESTORA DA ROTA

ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano

Rua de Santiago, Lote 5 ZAM
7540-235 Santiago do Cacém
T. +351 269 827 233
F. +351 269 829 744

<http://adl.litoralalentejano.pt>
adl.alentejano@mail.telepac.pt



Centro Social de Santa Cruz do Douro

“Além do apoio financeiro, foi fundamental a partilha de experiências com outras organizações congêneres.”

Artur Borges, Presidente da Assembleia Geral do Centro Social de Santa Cruz do Douro

Com o objetivo de contrariar a situação de isolamento em que se encontravam os idosos da freguesia, muitos dos quais com situações de mobilidade reduzida ou demência devida à idade avançada, o Centro Social de Santa Cruz do Douro apostou em alargar a frequência do seu Centro de Dia a mais idosos da comunidade.

Concluiu que seria necessário melhorar as condições e aumentar a oferta de serviços disponíveis no Centro de Dia, e decidiu apresentar uma candidatura ao LEADER, num projeto a que chamou “Contra o medo da solidão”. Contou com o apoio da DOLMEN, que se revelou de grande importância não só pela componente financeira, mas também porque permitiu a partilha de experiências com organizações congêneres que também tiveram o apoio do LEADER.

O Centro Social de Santa Cruz do Douro pôs-se a adquirir equipamentos específicos para o Centro de Dia, indispensáveis às atividades com os idosos. Para acompanhar os utentes deste projeto estão disponíveis um psicólogo e um fisioterapeuta, que prestam todo o apoio no uso dos equipamentos e na interação com a comunidade, de modo a promover o seu bem-estar físico e psicológico.

Com este projeto, o Centro social passou a dispor de valências que foram fundamentais para o desenvolvimento da própria organização e que vieram melhorar a qualidade de vida da população da freguesia.

| | |
|----------------------------|---------------|
| Localização | Baião |
| Data da candidatura | 1999 |
| Investimento total | 10.548,00 EUR |
| Comparticipação LEADER | 47% |
| Postos de trabalho criados | 3 |



Brico Solidário

“É importante para as autarquias o financiamento de projetos que envolvam os munícipes que têm carências mais acentuadas.”

Delfina Marques, Vice-Presidente da Câmara Municipal do Sabugal

O projeto Brico Solidário, que ajuda os idosos e dependentes em pequenas reparações no lar, foi desenvolvido pelas câmaras municipais da Guarda e do Sabugal, em parceria com a PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte.

Pessoas com mobilidade reduzida e de fracos recursos económicos podem adquirir este serviço gratuito, que é especialmente dirigido a quem vive sozinho e não está em condições de realizar pequenas tarefas. Para tal, uma carrinha com dois funcionários, que funciona como uma espécie de oficina móvel, desloca-se a casa dos munícipes, onde fazem qualquer tipo de reparação de bricolage em áreas relacionadas com a construção civil, carpintaria, eletricidade, entre outras.

Apesar de se tratarem de pequenas reparações, têm um grande impacto na qualidade de vida das pessoas, pois realizam-se reparações simples como o vidro partido, a torneira que pinga ou o aquecedor que avariou, que os idosos não conseguiriam arranjar e que tanto impacto têm na sua qualidade de vida.

O serviço abrange todos os munícipes dos concelhos da Guarda e Sabugal com idade igual ou superior a 65 anos e aqueles que estejam dependentes, independentemente da idade. Do trabalho desenvolvido até ao momento registam-se, sobretudo, a satisfação das pessoas que beneficiaram do serviço e a disponibilidade dos seus promotores para continuar a sua missão.

| | |
|----------------------------|------------------|
| Localização | Guarda e Sabugal |
| Data da candidatura | 2007 |
| Investimento total | 61.020,21 EUR |
| Comparticipação LEADER | 64% |
| Postos de trabalho criados | 2 |



Carrinhas Amarelas

“O investimento LEADER foi essencial [...] deveriam criar mais condições para a criação de projetos desta natureza.”

Raul Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Lagar da Beira e ex-membro dos corpos sociais da Obra de Eugénia Garcia Monteiro de Brito

O projeto “Carrinhas Amarelas” nasceu das difíceis acessibilidades e da insuficiente rede de transportes coletivos que serve as aldeias dos municípios de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Pampilhosa da Serra, a que acrescem as deficientes condições dos transportes escolares.

Atenta a esta realidade, em 1999, a ADIBER, no âmbito do LEADER II, fez emergir uma parceria local, que além desta ADL envolveu o Município de Arganil, a Santa Casa da Misericórdia de Góis, o Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares, a Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra e a Obra de Eugénia Garcia Monteiro de Brito de Lagares da Beira.

Este projeto permitiu criar uma rede de transporte infantil com recurso a 6 viaturas adaptadas a crianças e jovens utilizadores, melhorando substancialmente as condições de transporte no território.

O projeto “Carrinhas Amarelas” foi realizado num período em que estavam em discussão as regras de segurança em transportes coletivos de crianças, tendo servido de exemplo das medidas que deveriam ser implementadas, o que é revelador da importância do LEADER no desenvolvimento de projetos inovadores e no apoio a pequenas iniciativas locais de grande impacto social.

| | |
|----------------------------|-----------------------|
| Localização | Região da Beira Serra |
| Data da candidatura | 1999 |
| Investimento total | 199.520,00 EUR |
| Comparticipação LEADER | 75% |
| Postos de trabalho criados | 6 |